



Anais da Assembléia

N.82

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE AGOSTO DE 1987

ANO XLIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 68.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1.987
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado 'Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alexandre Ceranto, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Nestor Baptista e Paulino José Delazeri (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão para

discussão e votação da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Caíto Quintana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base regimental, o encerramento da discussão do Projeto de Lei Complementar n. 53/87, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à família do Sr. ANTÔNIO SOBRINHO, pelo seu falecimento, enviando votos de pesar desta Casa de Leis.

Endereço: Av. Montreal, 1043

Jardim Panorama

SARANDI - PR

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de congratulações pela passagem, no próximo dia 10. do 133.^o aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A referida Corporação vem desempenhando durante toda a sua existência, papel relevante junto às comunidades do Estado, sempre cumprindo a missão de prevenção e repressão à criminalidade, exercendo, dessa forma, a nobre tarefa de velar pela segurança da população paranaense, além de atuar em outras diversas áreas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, DD. Secretário da Segurança Pública e ao Excelentíssimo Sr. Coronel QOPM Wantuil Borges, Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, para que dê conhecimento a todos os valorosos integrantes da Corporação.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Casa de um voto de louvor ao médico Aristides de Athayde Neto, pelos inestimáveis trabalhos desenvolvidos em favor da oftalmologia brasileira.

A atuação do ilustre médico paranaense é considerada internacionalmente, e foi reconhecida por ocasião da realização do III Simpósio Internacional de Retina e Vítreo, realizado em Belo Horizonte, onde o homenageado foi o único médico brasileiro a proferir palestra, discorrendo, na oportunidade, sobre a "História da Retina no Brasil".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao homenageado, através de comunicação oficial a ser expedida à Rua Presidente Faria, 51, 1º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de louvor pelo transcurso em 25 de julho último, do "Dia do Agricultor".

A data dedicada ao homem que cultiva a terra, extraindo os alimentos que todos consumimos, deve ser lembrada por nós, para homenagearmos esses trabalhadores que, desafiando os caprichos da natureza, desassistidos pelos governos, conseguem, ainda, com seu trabalho, suprir com alimentos toda a população brasileira.

Agradecendo a todos os agricultores pelo que produzem, requeremos que, da decisão da Casa, se dê ciência à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, sita à Avenida Silva Jardim, 775, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de apoio à greve geral que os trabalhadores paranaenses, juntamente com seus companheiros brasileiros, irão deflagrar no dia 20 de agosto de 1987, protestando contra o arrocho salarial, o Plano Bresser e o pagamento da dívida externa e reivindicando: reposição de perdas salariais, Constituinte Democrática, eleições diretas em 1988, estabilidade de emprego, reforma agrária, liberdade sindical e não pagamento da dívida externa.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

Os trabalhadores brasileiros, com a decretação do Plano Bresser, tiveram uma perda salarial enorme. Quando o último gatilho foi acionado, em maio, os resíduos iam de 2,68%, para quem tem data-base em maio, a 23,57% para os que têm dissídio em outubro.

Para melhor demonstrarmos o arrocho salarial causado pelo Plano Bresser, passamos a relacionar os resíduos que as categorias possuem, de acordo com o mês da data-base:

Mês da Data-Base	Resíduo %
Janeiro	9,44
Fevereiro	12,42
Março	18,40
Abril	3,50
Maio	2,68
Junho	- - -
Julho	7,70
Agosto	6,49
Setembro	4,75
Outubro	23,57
Novembro	21,26
Dezembro	17,40

Algumas categorias tiveram maior perda, como por exemplo: bancários, 67,37%, metalúrgicos, 73,93%, gráficos, 68,42%, jornalistas, 64,89% e o salário-mínimo caiu para 61,23%.

Segundo o DIEESE, as perdas salariais, desde o início do Plano Cruzado I até o final de junho de 1987, chegaram a uma média de 37,74%. Até final de julho, esta perda já tinha alcançado o percentual de 45%.

A concessão do ABONO de Cz\$ 250,00 para os mais pobres não significa absolutamente nada, diante dos prejuízos que os trabalhadores acumularam. O abono significa apenas 12,7% de aumento sobre o salário-mínimo, quando a perda do mesmo é de 61,23%.

Esses dados são suficientes para demonstrar que os trabalhadores brasileiros têm razão e o direito de irem à greve geral. Além disso, os trabalhadores reclamam uma maior participação nas decisões de governo sobre as questões econômicas.

Os trabalhadores estão indo à greve contra o pagamento da dívida externa, pois ela é a causa fundamental do arrocho.

Os trabalhadores querem também eleições diretas em 1988, pois esta é a única maneira de acabar com este governo autoritário da Nova República, que só governa através de decretos, para favorecer os patões que o sustentam.

Por fim, os trabalhadores estão indo à

greve para tentar fazer com que os constituintes, na sua maioria patrões e reacionários, se voltem para as necessidades dos trabalhadores e não acabem, de vez, com os seus direitos.

Diante disto, a greve geral do dia 20 de agosto de 1987 é legítima e como tal deve receber o apoio da Assembléia Legislativa do Paraná, como forma concreta de demonstrar que os Deputados Estaduais do Paraná estão lutando contra o arrocho salarial, pelo não pagamento da dívida externa, pelas eleições diretas em 1988 e por uma Constituinte que defenda os direitos dos trabalhadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de repúdio à Rede Ferroviária Federal S/A, que vem implantando nos municípios de Apucarana e Mandaguari, cercas improvisadas com dormentes e trilhos, sem nenhum compromisso estético e em total desrespeito à lei de zoneamento urbano.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

A crise do urbano desafia toda a sociedade civil, e é uma crise conscientizadora, porque o espaço urbano facilita o acesso a informações, ao debate político e à consciência dos Direitos Humanos, à cidadania, sendo condicionadora e propulsora da democratização.

O desenvolvimento urbano ordenado que se deseja, deverá se concretizar sem desrespeito a manifestações culturais próprias.

A Rede Ferroviária Federal S/A, improvisou, nos municípios de Apucarana e Mandaguari, cercas com dormentes e trilhos, que no entendimento da população são antiestéticas.

Não bastasse a indiferença demonstrada ao mal-estar que a agressão visual causou à população, a lei de zoneamento urbano foi totalmente desrespeitada.

É preciso registrar, pois, nosso repúdio a tais tipos de atitudes que traduzem o pensamento arcaico e ditatorial dos dirigentes de alguns setores da Administração Pública, sobreviventes de um regime que nunca se identificou com os anseios dos brasileiros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

seja registrado elogio individual aos funcionários do Cerimonial desta Casa, pelo brilhantismo, beleza e organização da solenidade de outorga de título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Cel.FM RR Dagoberto Dulcídio Pereira.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, DD. Governador do Estado, solicitando estudos no sentido de autorizar a criação do 2º Grupamento de Incêndio em Curitiba, conforme estudos de situação em anexo.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado à TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto Telefônico na localidade do Rio do Nunes, Município de Antonina.

Sala das Sessões em 12.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de local bastante habitado, e os moradores da região não possuem outro meio de comunicação. O transporte é deficiente e o local também é uma das atrações turísticas do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, DD. Governador do Estado, solicitando estudos no sentido de autorizar a transformação da Terceira Companhia Independente da Polícia Militar, com sede em Guarapuava-PR, em Batalhão de Polícia Militar, conforme estudos da situação em anexo.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) RAUL LOPES

Apoio: Cândido Bastos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, DD. Governador do Estado, so-

licitando estudos no sentido de autorizar a criação de um Grupo de Busca e Salvamento - GBS, na cidade de Foz do Iguaçu, conforme estudo de situação em anexo.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Governador Álvaro Dias, reivindicando que sejam determinadas urgentes providências para a construção de um viaduto para substituir o trevo da estrada Londrina - Warta, hoje denominado de "Trevo da Morte", em consequência dos sucessivos acidentes registrados no local, inclusive com vítimas fatais.

O referido trevo localiza-se entre o Conjunto Habitacional Milton Gavetti e os cinco conjuntos e sua construção causou clima de revolta a muitos milhares de moradores das casas populares. Somente a imediata construção do viaduto será capaz de devolver a tranqüilidade às famílias que habitam a região norte de Londrina. Passeatas de protesto e coleta de milhares de assinaturas têm marcado um grande movimento popular que foi organizado, sem conotação política, mas que recebeu a simpatia e o apoio de praticamente todos os segmentos da sociedade londrinense.

Diante dos fatos expostos, espera-se que o excelentíssimo Sr. Governador do Estado, sensível como é aos clamores populares, autorize a construção desse viaduto.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Peabiru no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões em 12.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR,

Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Quinta do Sol, no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões em 12.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Terra Boa, no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões em 12.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Itambé, no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões em 12.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Mandaguaçu, no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões em 12.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando ao mesmo que seja feito estudo da viabilidade da instalação de um telefone público no Bairro denominado Jardim Catedral, na cidade de Paigandu.

Requer ainda, sejam informados, através de ofício, a Sra. Prefeita Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores do município de Paigandu.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

É de extrema urgência a instalação de um telefone público no Bairro Catedral, da cidade de Paigandu, tendo em vista que se trata de um bairro com número de habitantes bastante elevado, que não conta com nenhuma infra-estrutura de comunicação em horas de urgência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Prefeito, Gilberto Agibert Filho e ao Presidente da Câmara Municipal, manifestando votos de congratulações pela passagem do 81º aniversário de emancipação política do Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a duplicação da rodovia PR.317, trecho compreendido entre os quilômetros 0 (trevo saída para Campo Mourão e saída para Paranavaí, BR-376) e 03, no Município de Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pelo fato de, no referido trecho, encontrarem-se instaladas um número bastante elevado de empresas de grande porte, o que vem aumentar, mais ainda, o enorme fluxo de veículos que por ali transitam, pondo em risco a segurança da população que trabalha e reside no local.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia que liga o Município de Lobato ao município de Alto Alegre.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois atende apelos constantes formulados pelos moradores da Região, e irá facilitar o escoamento da produção, principalmente de pequenos e médios agricultores ali radicados.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando urgência na implantação de um destacamento da Polícia Montada, no Município de Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pelo fato de que tal medida irá em muito ajudar no combate à criminalidade, tendo em vista a dificuldade do restrito quadro de policiais que, pela falta de uma estrutura adequada, se torna inoperante para atender a contento as ocorrências no perímetro urbano, principalmente em locais mais distantes.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, solicitando estudos no sentido de viabilizar a criação de núcleo industrial no Município de São Mateus do Sul, onde há condições favoráveis de aproveitamento energético do gás residual produzido pela Usina de Industrialização do Xisto - SIX, PETROBRÁS.

Outrossim, aprovado este requerimento, requer dê-se ciência aos Excelentíssimos Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) ACYR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

Na atualidade, há crescente necessidade de utilização de meios alternativos de geração de fontes energéticas e impõe-se estudos que venham viabilizar soluções,

possibilitando suprir a demanda e consequentemente o incremento de produção em diversas atividades industriais, sendo, portanto, oportuno incentivarmos a criação de condições favoráveis neste sentido.

Em São Mateus do Sul está instalada a Usina de Industrialização do Xisto - SIX, PETROBRÁS, mantendo produção de gás residual em abundância, fato que provavelmente virá proporcionar sua obtenção a custos reduzidos, constituindo-se em apreciável atrativo para incentivar implantação de pólo industrial naquela Região, onde sua concretização será importante gerador de desenvolvimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando ao mesmo que seja feito estudo de viabilidade da construção e instalação de uma Escola Pública Estadual, no bairro denominado Jardim Catedral, no Município de Paigandu.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Por ser uma reivindicação da comunidade, conforme abaixo-assinado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, sugerindo a inclusão de itens, no projeto da Carta Magna, que permitam o controle sobre o comércio de bebidas alcoólicas, assim como sobre sua propaganda, ou que, ao menos, abram espaço para a elaboração de leis ordinárias neste sentido.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Estima-se que existam hoje no Brasil sete milhões de alcoólatras. Além de representarem, por si só, prejuízo para a Nação devido à sua baixa, ou nenhuma produtividade, despesas médicas, acidentes de trânsito e de trabalho que causam, este enorme contingente ainda ocasiona problemas sociais. Sabe-se que o alcoólatra determina problemas familiares, separação de casais e abandono de menores.

Em tempos de crise econômica, como a que o Brasil vive hoje, o consumo de álco-

ol aumenta, agravando a situação dos desempregados e levando muitos trabalhadores a essa condição, como muito bem declara o renomado médico Henrique Walter Pinotti, ao fazer uma análise do problema.

Diante deste quadro, é imprescindível que o Governo Federal adote medidas que inibam o consumo de bebidas alcoólicas, seja através de controle sobre a venda do produto, seja através de regulamentação da publicidade. Sendo assim, é importante que a nova Constituição abra espaço para este tema, através de leis ou da possibilidade de regulamentação na legislação ordinária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, ao Excelentíssimo Sr. Antônio José Correia Ribas e ao Prefeito Municipal de Londrina, respectivamente Secretário dos Transportes e Diretor-Presidente do DER, solicitando providências no sentido de se construir um viaduto no Trevo da Rodovia Londrina - Warta, já que o mesmo se localiza próximo ao Conjunto Habitacional Milton Gavetti, localizado na Região dos Cinco conjuntos em Londrina, que está trazendo sérios problemas à população dos cinco Conjuntos e também a toda a população de Londrina, conforme abaixo-assinado subscrito por várias entidades (conforme cópia de xerox em anexo) e que está provocando passeatas e ondas de protestos da população organizada em Londrina, que têm razões para isto, em virtude dos acidentes que têm acontecido, inclusive tendo ocorrido mortes antes mesmo da rodovia ter sido inaugurada, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente requerimento, solicitando medidas urgentes para evitar que mais mortes ocorram e a tranquilidade possa voltar à população daquela cidade, especialmente dos cinco conjuntos.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, e Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Jorge Naully e Presidente do Banco do Estado do Paraná, João Carlos Finardi, solicitando estudos no sentido de verificar as possibilidades de repasse de um percentual do ICM recolhido através do BANESTADO, às empresas para-

naenses, após levantamento e cadastramento das mesmas, para capital de giro com juros subsidiados.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A proposta é de que se faça, através da Secretaria de Estado da Fazenda, um levantamento de todas as empresas paranaenses, no recolhimento do ICM durante um trimestre e, a partir desse trimestre, seja efetuado um estudo para verificar a viabilidade do repasse em conta ao cliente do Banco, para capital de giro.

Entendemos que a implantação dessa medida virá minimizar o problema do surgimento das empresas fantasmas no Estado, bem como de sonegação do ICM.

As empresas seriam credenciadas pelo Banco do Estado do Paraná para receber o benefício, assim como passariam a recolher o imposto com maior assiduidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação do trecho entre os municípios de Cidade Gaúcha e Guaporema.

Sala das Sessões, em 12.08.86.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Esta é uma antiga reivindicação da população local, sendo de interesse do Prefeito Gilberto Pedro Aita, de Cidade Gaúcha, e Edson de Souza Lima, de Guaporema, que vêm recebendo constantes solicitações da comunidade, principalmente da zona rural.

O trecho possui grande fluxo de veículos de transporte, uma vez que a região é grande produtora de cana-de-açúcar, bem como de outros produtos agrícolas e da pecuária.

A pavimentação virá ao encontro das prioridades do Governo do Paraná, no sentido de beneficiar o escoamento da produção do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a ligação asfáltica entre os Municípios de Rondon e Tapejara, via Distrito de Bernardelli, com acesso à Pr-323.

Sala das Sessões, em 12.08.86.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Esta é uma antiga reivindicação da comunidade local, sendo que durante o Governo Ney Braga a referida obra foi iniciada, inclusive com trabalho de terraplanagem, tendo sido paralisada por motivos desconhecidos, gerando graves prejuízos aos produtores rurais.

A região é grande produtora de café, amendoim, algodão, milho, cana-de-açúcar e gado, vindo a ligação asfáltica beneficiar o escoamento da produção agrícola e pecuária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado, solicitando gestões junto ao Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, ao Ilustríssimo Sr. Waldemar Alegretti, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná e ao ilustríssimo Sr. Wilson de Andrade Ribeiro, Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, para que procedam averiguações sobre o procedimento da Fundação de Profissionais para Atendimento do Excepcional, e se forem verificadas irregularidades, erros ou omissões administrativas, sejam tomadas medidas cabíveis.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

A notificação judicial movida por Antônio Carlos Richter e outros, contra o Secretário de Estado da Educação do Estado do Paraná e outros, cuja cópia anexamos ao presente, relata com fidelidade as irregularidades que pretendemos denunciar.

Resta-nos acrescentar que levantamos a voz, para falar em favor de uma classe sofrida pela debilidade com qual a legislação vigente defende os seus interesses.

Uma classe que vive quase marginalizada no contexto social, quando poderia ser aproveitada e transformada em parcela considerável de força de trabalho.

Contando com a colaboração de pais e tutores de excepcionais cuja educação exige unidades escolares ou salas de aula especiais, convenientemente equipadas e recursos humanos altamente qualificados, que dependem de substanciais recursos financeiros, o excepcional, bem educado, e respeitadas suas limitações, cumprirá o que lhe for requerido pela sociedade.

Sugerimos também, que até que sejam averiguadas e corrigidas as distorções do comportamento da Fundação em epígrafe, sejam suspensos os repasses de verba dos quais ela é beneficiária, até sua regularização.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a APAE de Goioerê.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A APAE de Goio-êrê, através de seu quadro funcional formado por funcionários competentes e dedicados, tem prestado relevantes serviços àquela comunidade, através do atendimento de crianças excepcionais. Entretanto, para manter seus serviços de atendimento e educação, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Legião Brasileira de Assistência, através do Ilustríssimo Sr. Dr. Wilson de Andrade Ribeiro, DD. Superintendente Estadual, solicitando gêneros alimentícios e auxílio financeiro para o Clube de Mães São José, localizado na Vila Urupês, cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães São José é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que se dedica ao atendimento de pessoas menos favorecidas. Entretanto, a referida entidade se encontra em dificuldade financeira diante da crise econômica que o País atravessa, necessitando de auxílio financeiro para prosseguir de forma satisfatória, com seus relevantes trabalhos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, Íris Resende, solicitando que os serviços de inspeção de produtos de origem animal sejam descentralizados, com o repasse de sua responsabilidade aos Estados e Municípios.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A centralização dos serviços de inspeção de produtos de origem animal não trouxe benefícios ao Paraná. Tanto que hoje no Estado, apenas 10% dos municípios recebem este tipo de benefício, provocando sérios

prejuízos à saúde humana, como as intoxicações alimentares.

A única forma de ampliar este serviço a todo o Estado, de forma a cumprir com o objetivo de melhorar o nível de qualidade da alimentação dos paranaenses, é o Ministério da Agricultura repassar esta sua responsabilidade (inspeção) para os Estados e Municípios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Presidente das Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, Dr. Gilberto Geraldo Garbi, solicitando estudos para viabilizar a instalação de um telefone público à Rua Mal. Deodoro Fonseca, em frente à Merceria Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Jaguariaíva.

Requer, ainda, envio do presente expediente ao Vereador José Axt, Câmara Municipal de Jaguariaíva-PR.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

O presente expediente é apresentado baseando-se nas inúmeras reivindicações dos moradores da Rua Mal. Deodoro Fonseca e adjacências, considerando a inexistência de telefone público naquela localidade, ocasionando por sua vez uma série de transtornos e dificuldades, especialmente nos casos emergenciais, quando por exemplo é necessária a presença da polícia ou socorro médico onde a comunicação é indispensável.

Sendo o telefone o mais rápido e eficiente veículo de comunicação, e por entender que a instalação de um "orelhão" beneficiará em muito os moradores daquela localidade, esperamos dessa Companhia o pronto atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, solicitando a tomada de medidas que se fizerem necessárias no sentido de que a COPEL transfira o local que não seja dentro do perímetro urbano da cidade, a linha de alta tensão de 34,5 mil volts que demanda ao Norte Pioneiro, via Jaguariaíva. Requer, ainda, envio do presente expediente ao Vereador José Axt, Câmara Municipal de Jaguariaíva-PR.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

A linha de transmissão de energia elétrica, com alta tensão de 34,5 mil volts, tem seu ponto de partida na estação rebaixadora da COPEL, nas proximidades do Cemitério Municipal em direção ao Norte Pioneiro e, no percurso, passa pelo quadro urbano da cidade de Jaguariaíva sobre propriedades particulares e casas residenciais, não oferecendo, em alguns trechos, segurança aos moradores que margeiam ou têm suas casas embaixo das linhas.

O que pretendemos justificar é que nos momentos em que ocorrem tempestades magnéticas, fios poderão se romper e cair sobre pessoas ou casas residenciais, e como consequência, tudo o que estiver embaixo das linhas alta tensão se transformará em cinzas, sobretudo, vidas humanas.

Acreditamos que a COPEL, empresa que sempre se norteou pela defesa dos interesses do povo e, principalmente pela sua credibilidade junto à opinião pública, por certo não se furtará em tomar as providências cabíveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Roberto Requião, DD. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que seja providenciada a construção de uma ponte sobre o valetão das ruas Pernambuco e Bahia, na Vila Guaíra, nesta Capital.

Sala das Sessões em 12.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

Exatamente nas confluências destas duas avenidas importantes da Vila Guaíra, situa-se uma enorme valeta que, aberta ao ar livre, tem causado sérios transtornos aos moradores dos conjuntos habitacionais ali existentes, pois para transitarem de um ponto para outro, devido a inexistência de ponto de ligação, têm que andar várias quadras contornando o citado trecho.

A presente solicitação reveste-se de grande importância, pois virá em benefício da comunidade local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Delcírio Tavares da Silva, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de que sejam envidados esforços para a construção e instalação de um Posto de Saúde, na região rural de Rio das Pedras, Distrito do Município de Paranaguá.

Do aprovado, requer ainda seja dada

ciência ao Sr. Joelso França Alves, residente no Rio das Pedras, Paranaguá.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Professor Francisco dos Anjos, DD. representante da FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor do Paraná, solicitando auxílio financeiro para o Serviço de Obras Sociais - Guarda Mirim de Altônia - PR.

Uma vez aprovado, requer ainda se dê ciência à ilustre Presidenta da entidade aludida, Sra. Josefa S. Ferreira, Rua Mal. Deodoro da Fonseca, 1845, e ao Excelentíssimo Vereador Massachi Mariushi, de Umuarama.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local, no atendimento aos carentes, que necessitam de cuidados e carinhos. Os recursos ora solicitados, em muito ajudarão pois os que procuram a entidade, merecem atenção e do órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, observando-se os critérios regimentais e constitucionais, REQUER após ouvido este soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. José Carlos Finardi, MD. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando-lhe estudos que viabilizem a instalação de duas agências dessa instituição na cidade de Sarandi, conforme solicitação da Câmara de Vereadores, expressa em requerimento apresentado pelo vereador Carlos Birches Sebrían.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 154/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE GUARAPUAVA, com sede e foro naquele Município.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade "Fundação Social e Cultural de Guarapuava", criada em 08 de março de 1986, devidamente registrada no Cartório competente desde 23 de julho de 1968, com objetivo filantrópico e sócio-cultural de criar, manter e divulgar obras de assistência social e propugnar pela formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através de obras de promoção humana, dentro do espírito democrático e cristão da nossa nação.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 155/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE GUARAPUAVA, com sede e foro naquele Município.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

O "Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Guarapuava", devidamente registrado no Cartório Competente desde 10 de junho de 1986, tendo como objetivo principal colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social, manter serviços de assistência judiciária para os associados, na Justiça do Trabalho, aos integrantes da categoria, promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito, fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 156/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- O Poder Público Estadual: Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo - incluídos os Órgãos da Administração Direta e Indireta - ficam obrigados, a partir da vigência dessa lei, a adotar o vale-transporte, na forma especificada pela Lei Federal nº 7418, de 16

de dezembro de 1985.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) JOSÉ ALVES.

Apoiamento: Antônio Belinati, Pedro Tonelli, Ezequias Losso, Valderi Mendes Vilela, Algaci Túlio e João Arruda.

JUSTIFICATIVA:

É fato a crescente corrosão do poder de compra dos trabalhadores. A crise econômica, a inflação e, mais recentemente, a política salarial do governo, são as razões para tal situação. O funcionalismo público não escapa à regra.

O vale-transporte, aprovado pelo congresso Nacional em 1985, é uma forma, embora ainda tímida, do empregador minorar a difícil situação de seus empregados - reduzindo os seus gastos com transporte.

Entendemos que a medida que estamos propondo, a adoção obrigatória do vale-transporte pelo Poder Público Estadual, vai ao encontro da premente necessidade do funcionário público de nosso Estado. Portanto, confiamos contar com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 157/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE FIGUEIRA, com sede e foro no Município de Figueira.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhoras de Rotarianos de Figueira, fundada em 1º de fevereiro de 1985, visa fomentar a amizade entre suas sócias, manter, dirigir, colaborar e auxiliar sociedades filantrópicas ou obras assistenciais da Cidade.

Além da finalidade a que se propõe, participa ativamente das campanhas de vacinação promovidas pela Secretaria de Estado da Saúde, além de outras atividades de incontável ajuda à comunidade.

A entidade atende aos requisitos exigidos pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Tendo em conta a importância da medida proposta, confiamos contar com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 158/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública, o "Centro Social São Pedro" de Itaperuçu, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, presta relevantes serviços no sentido de promover o bem estar da cidade de Rio Branco do Sul, mais precisamente dos moradores do Distrito de Itaperuçu, promovendo programas recreativos e, principalmente, prestando assistência social aos necessitados.

Tais atividades, de cunho eminentemente humanitário, vem a merecer a guarida de toda a sociedade em virtude do empenho de aprimorar o desenvolvimento social daquela comunidade.

A entidade conta com todos os requisitos da Lei nº 6994/78, constando no seu estatuto social a gratuidade no exercício dos cargos de Diretoria, e encontra-se devidamente registrada no Livro de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

PROJETO DE LEI Nº 159/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE MARINGÁ.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 160/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- A escolha para Chefe do Núcleo Regional e Inspetor Estadual de Educação de ensino público de 1º e 2º graus regular, supletivo e especial, da rede estadual de ensino, inclusive o que goza de autonomia administrativa, será efetuada mediante eleição direta organizada na forma desta Lei.

Parágrafo Único - A eleição referida no artigo anterior será convocada mediante editais afixados em locais visíveis no estabelecimento de ensino.

Art. 2º- Poderão ser votados os professores ou especialistas em exercício no estabelecimento de ensino pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério ou ao Quadro Único do Poder Executivo.

Art. 3º- O candidato que obtiver maioria simples dos votos, somado com a anuência do Secretário de Estado da Educação, tomará posse.

Art. 4º- Publicado o ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, o Secretário de Estado da Educação dará posse ao Chefe do Núcleo de Ensino e Inspetor de Educação.

Art. 5º- Poderão votar:

I - Os professores e especialistas referidos no artigo 2º; pertencentes a suas respectivas áreas de Ensino;

II- Os representantes das Associações de pais e mestres.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

Apoiamento: Antônio Belinati, João Arruda, Antônio Costenaro Neto, Algaci Túlio e Lauro Lobo Alcântara.

JUSTIFICATIVA:

Desde 1964, até praticamente a queda do regime militar, o País se viu sufocado pelos anseios e desejos de reforma em todos os segmentos da sociedade.

Após esse período, o Governo do Paraná abriu, através de vários segmentos, uma democracia participativa para que gritos e vozes se fizessem ouvir.

A educação, tão prejudicada, clamava de há muito modificações que viessem ao encontro de uma melhor educação e um pouco de liberdade na escolha de seus líderes, antes impostos pelos nossos governantes.

Assim sendo, conseguimos a eleição para diretor, onde funcionários, mestres e alunos fizeram o uso do voto livre pela primeira vez.

As Universidades seguiram o exemplo, e hoje o voto volta a ser usado democraticamente no Paraná, dando exemplo ao Brasil, de liberdade de pensamento e ação.

Mas, ainda falta alguma coisa para completar esse processo tão democrático, que os mestres de todo Paraná almejam.

Desde a criação dos Núcleos Regionais da Educação, são guindados à revelia, e sem consultar à quem de interesse, os professores da rede estadual de ensino.

Todo Núcleo abrange dezenas de cidades, que só ficam sabendo do novo chefe através de ofícios posteriormente a sua posse, sem sequer ter participado do processo.

Esperamos que o Governo, sensibilizado com a classe, permita ao professor no mais curto período de tempo, escolher através

do voto os Delegados dos Núcleos e a Inspetora Estadual de Educação.

PROJETO DE LEI Nº 161/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica criada a Universidade Estadual do Norte Pioneiro, resultante da incorporação das Faculdades Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho; Estadual de Direito do Norte Pioneiro; e Estadual de Educação Física de Jacarezinho.

Art. 2º- A Universidade Estadual do Norte Pioneiro constituir-se-á em Fundação Universidade Estadual do Norte Pioneiro, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, personalidade e capacidade jurídica próprias, autonomia didático-científica, financeira, administrativa e disciplinar, com as exceções de que trata esta Lei.

Art. 3º- A Universidade será dirigida por um Reitor e cada Faculdade por um Diretor, eleitos, o Reitor por um Colégio Eleitoral que assegure igualdade de valor de votos para cada uma das Faculdades; e o Diretor pela respectiva Faculdade.

Parágrafo Único - Deverá ser obedecida a legislação estadual que trata da composição do Colégio Eleitoral.

Art. 4º- Os mandatos de Reitor e Diretores serão de quatro anos, vedadas duas eleições consecutivas.

Art. 5º- Para a criação de novos cursos e faculdades, será indispensável a autorização prévia do Poder Executivo.

Art. 6º- Para proceder às medidas de incorporação das Faculdades na nova Universidade constituída uma Comissão Instituidora composta pelos Diretores e Vice-Diretores das Faculdades incorporadas, à qual competirá:

I - Elaborar o anteprojeto de Estatuto da Universidade e submetê-lo à aprovação, em caráter intertemporal, pelo Chefe do Poder Executivo, com publicação em Diário Oficial;

II- Praticar atos necessários à consolidação das incorporações até a aprovação da Universidade pelo Conselho Estadual de Educação e respectiva homologação.

Art. 7º- Serão respeitados os orçamentos das unidades incorporadas até a elaboração do orçamento da nova entidade que entrará no Orçamento Geral do Estado como órgão de execução delegada da Secretaria de Estado a que estiver vinculada.

Art. 8º- O patrimônio e a receita das unidades incorporadas, afora o que o Estado vier a destinar, se constituirão de patrimônio e receita da Universidade ora criada.

Art. 9º- A presente Lei entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

Apoiamto: Antônio Belinati, Algaci Túlio, Lauro Lobo Alcântara, João Arruda, Antônio Costenaro Neto.

JUSTIFICATIVA:

Jacarezinho, no norte pioneiro do Estado do Paraná; desempenhou um importante papel histórico na formação cultural de nosso Estado.

Na década de trinta, quando o norte novo do Paraná era ainda apenas um sonho, Jacarezinho abriu suas portas para o pioneirismo de então, recebendo seus filhos em seus colégios, dois deles internatos, dirigidos por padres (Colégio Cristo Rei) e por freiras (Colégio Imaculada Conceição). Podiam, assim, aqueles desbravadores desenvolver seu trabalho na abertura de novas cidades, enquanto seus filhos estudavam e se preparavam para o futuro.

Durante décadas, Jacarezinho recebeu aqueles estudantes, preparou-os e desenvolveu-os ao Paraná e ao Brasil. Prova disto é que ainda hoje se encontra ex-alunos daqueles dois educandários ocupando posição de liderança na vida pública, empresarial e social do Paraná e do Brasil, ao ponto de um dos governadores do Estado ter sido ex-aluno do Colégio Cristo Rei (José Richa) e, para ficarmos apenas em exemplos atuais, três dos atuais Secretários de Estado também foram seus alunos: Antônio Lopes de Noronha, da Segurança Pública; Ascêncio Garcia Lopes, da Ciência e Ensino Superior; e José Carlos Carvalho, da Indústria e Comércio.

A partir de 1960, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Jacarezinho iniciou uma nova etapa desta feita com o ensino superior. De lá para cá duas outras escolas de nível superior, também estaduais, vieram a se juntar à primeira, todas as três com um mesmo nível de seriedade e capacidade, tanto da parte de seus docentes como discentes: a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho.

Hoje as três escolas superiores abrigam mais de 2 mil alunos: Filosofia, com 1.600; Direito com 300; Educação Física com 200; e têm elas demonstrado, ao longo dos anos, que o ensino superior naquela região precisa se expandir.

Isto, porém, só será possível através de uma Universidade, e o Estado do Paraná, que já possui três delas estaduais (Londrina, Maringá e Ponta Grossa) e que cogita agora de uma quarta (a do Oeste) não pode deixar de mais uma vez participar não propriamente de um sonho de toda a região,

mas sim de uma necessidade, pois se três escolas superiores apenas abrigam atualmente 2.000 alunos, uma Universidade será a redenção da mocidade estudantil do norte pioneiro.

Há que se proporcionar condições para que os estudantes possam obter sua formação superior sem se deslocar de sua região natural. Só a Universidade tem condições de a isto atender.

Jacarezinho já provou, com quase trinta anos de ensino superior, que tem condições de seriedade e capacidade de sua gente para implantar sua Universidade.

Paralelamente a esta necessidade dos estudantes, uma outra surge também, visível: o norte pioneiro poderá se desenvolver ainda muito mais tendo perto de si a sua Universidade.

Uma Universidade muda a fisionomia de uma região.

Por isto, como um dos representantes da região do norte pioneiro nesta Casa de Leis, sinto-me à vontade e ao mesmo tempo quase que na obrigação de apresentar o presente Projeto de Lei que cria a Universidade Estadual do Norte Pioneiro.

PROJETO DE LEI N. 162/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- A redação do Artigo 1º da Lei nº 8503, de 30 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 1º- Fica declarado de Utilidade Pública o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGU-
RANÇA DE MARINGÁ, com sede e foro na Cida-
de de Maringá".

Artigo 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa corrigir um equívoco ocorrido na denominação da entidade, excluindo-se a palavra "pública" constante na Lei original.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Não havendo Expediente a ser lido, passamos ao Horário do Expediente.

No pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa, inscrito. (Ausente).

Estando ausente passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaríamos de, ao iniciarmos o nosso pronunciamento, agradecer a presença do ilustre companheiro de nossa terra, ex-Vereador Jesus Hernandez, que muito nos honra com sua presença neste Parlamento.

Ontem, no Horário da Liderança do nosso Partido, solicitamos, num apelo veemente, que o projeto oriundo de mensagem do Governador Álvaro Dias, resultado de uma negociação entre o Governo do Estado e os Professores estaduais, da Rede Estadual de Ensino, viesse à discussão, à apreciação dos nobres Pares.

Ainda ontem, Senhores Deputados, dizíamos que inúmeras facções, segmentos da nossa sociedade, são procurados na época da eleição para o devido apoio. O Governador Álvaro Dias assumiu um compromisso com o professorado paranaense e, diga-se de passagem, vem contribuindo para com a administração estadual. E até hoje não votamos a Mensagem do Senhor Governador Álvaro Dias, o Projeto de Lei Complementar nº 53/87, objetivando estabelecer normas com vistas à implantação no Magistério paranaense do regime diferenciado de trabalho.

O anteprojeto de lei, que estabelece o regime diferenciado de trabalho para o Magistério, foi enviado pelo Governador no mês de abril, e o objetivo é de melhorar a qualidade de ensino e profissionalizar a atividade magisterial, o que vem atender antiga reivindicação da classe do professorado.

De acordo com a nova lei, a administração estadual oferecerá, conforme as necessidades, vagas em estabelecimentos educacionais, com uma carga horária diversa das vinte, trinta, quarenta horas semanais.

O professor interessado em ampliar a sua carga horária, deverá concorrer ao aumento, a fim de habilitar-se a participar do novo regime. Outra medida vantajosa ao professor, é o instituto da "hora-permanência" que corresponde a 20% da carga horária em que ele não dará aulas, mas ficará na escola preparando-as corrigindo provas e trabalhos, e dando atendimento individual aos alunos interessados.

Hoje, no item 7º da Ordem do Dia, vem este Projeto à discussão e gostaríamos de pedir aos ilustres companheiros, aos Deputados que com dignidade, com lhanza, representam suas respectivas regiões, para que aquele que forja o caráter das nossas crianças como dissemos ontem, seja valorizado e que esta antiga reivindicação do professorado paranaense seja atendida. Hoje pela manhã, recebíamos uma Comissão de professores da rede estadual de ensino que pediam e clamavam ansiosos pela aprovação deste Projeto. Gostaria de lembrar que o Projeto recebeu parecer favorável na Co-

missão de Constituição e Justiça, na Comissão de Finanças, na Comissão de Recursos Humanos e na Comissão de Educação da Assembléia Legislativa.

O que queremos é que o professorado do Estado do Paraná não seja somente lembrado na época das eleições, dos discursos fáceis de candidatos, que muitas vezes prometem até a sua alma e alma do eleitorado, de candidatos que empolgam toda uma platéia, mas, que na verdade, agem de maneira totalmente antagônica quando vêm para uma Casa Legislativa. Acredito nos Deputados desta Casa. Acredito que o Paraná tenha feito uma certa escolha sem o intuito do trabalho das Lideranças dos diversos Partidos. A Liderança do PMDB, com o Deputado Caíto Quintana, tem procurado construir um Estado novo, um novo Paraná; Liderança do PL, agremiação representada pelo ilustre Deputado Ezequias Losso, que vem fortalecendo seu partido, na discussão diária dos problemas que envolvem a Nação Brasileira e, principalmente, o povo do Estado do Paraná.

Assim também, o Deputado Antônio Belinati, com os Deputados do PDT, querem nesta Casa construir um Paraná melhor, ao lado do representante do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, Deputado Pedro Tonelli, que com seus requerimentos, com seus pedidos de informações e de providências, tem enaltecido, enriquecido o trabalho desta Casa, porque é uma voz de Oposição, mas uma oposição que quer também construir um Paraná melhor e tenho a certeza, ilustres Pares que nós do PFL, ao lado também do PDS e dos demais Partidos representados nesta Casa, como o PTB do Líder Erondy Silvério e Deputado Luiz Antônio Setti, queremos um Paraná melhor, ao lado do PMDB. No momento de transição porque passa o nosso País, necessário se faz que todos tenhamos desprendimento suficiente para unirmos nossas forças a fim de cerrarmos juntos fileiras na busca da construção do novo Brasil, porque não viemos para esta Casa de Leis, viciados pela política antiga.

Viemos, sim, entendendo que a necessidade do povo brasileiro precisa ser atendida nas suas questões elementares e é por isso que todos estamos aqui. Não fomos eleitos para com picuinhas ficarmos nos digladiando entre Partidos de Oposição e Partido de Situação.

Não, o momento de transição exige que todos nós, como lembrava ontem o Deputado Nereu Carlos Massignan, juntos, com o suor dos nossos rostos, façamos sim, uma sementeira a qual alicerçará os tijolos que os Senhores colocarão na construção deste nosso Estado que é o Paraná.

Quero conceder com muito prazer o aparte ao Deputado, Líder do Partido dos

Trabalhadores, Pedro Tonelli, da Região Sudoeste do Estado.

Sr. Pedro Tonelli- Agradeço esta oportunidade em que realmente mais um Parlamentar está demonstrando a sua preocupação pelos problemas principais que atingem o Paraná e que atingem a maioria dos paranaenses, para não dizer, a maioria dos brasileiros.

É lógico que o nosso desejo é de que cada vez mais esta Casa de Leis que tem, comprovadamente, demonstrado que os interesses das minorias sempre foram muito bem defendidos nesta Casa, aqui aos poucos vamos conquistando o espaço e tendo uma marca registrada porque, queremos que um dia esta Casa de Leis, realmente, as preocupações da população do Paraná estejam presentes nas suas discussões diárias.

Muito obrigado, nobre Colega Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Pedro Tonelli, temos por Vossa Excelência um respeito muito grande.

Vossa Excelência, eleito ungido pelo voto popular está aqui a defender também a classe dos trabalhadores e a classe do professorado também.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana- (Aparte)- Quero parabenizar Vossa Excelência no espaço que usa no Grande Expediente de hoje, nobre Deputado Lindolfo Júnior e dizer e reiterar a Vossa Excelência de que no dia de ontem junto com a preocupação de Vossa Excelência, nos ocupamos na parte da manhã, procurando acompanhar o andamento dos projetos a serem votados nesta Casa, onde o Projeto de Lei Complementar nº 53/87, foi tratado para a colocação na Ordem do Dia de hoje.

E comungo da preocupação de Vossa Excelência, que é a preocupação dos professores do Paraná, em tão boa hora atendidas pelo Governador do Estado.

E também adianto a Vossa Excelência, a preocupação que todos temos de atender a uma aspiração antiga dos professores do Paraná, quando no início desta sessão entregamos à Mesa, juntamente com o Deputado Anibal Khury, um pedido de inversão de ordem para que o Projeto de Lei Complementar nº 53/87, que consta como 7º na pauta, seja o primeiro a ser votado, garantindo assim o quorum para que possa ser aprovado e sancionado pelo Governador do Estado.

E também me solidarizo com as palavras proferidas por Vossa Excelência sobre os professores do Brasil inteiro, mas, res-trinjo-me agora aos professores do Paraná, para que tenham, na verdade, o reconheci-

mento da sua missão, tão nobre, que é educar os filhos dos outros, muitas e muitas vezes em detrimento de estarem em companhia dos próprios filhos.

Por isso, acredito que esta Casa de Leis, no dia de hoje, dará plena guarida a este projeto de Lei Complementar e poderemos, no final de três sessões, sem emendas ao Projeto, requerer a dispensa de Redação Final, para que, na semana que vem, esta matéria esteja pronta para ser levada ao Executivo para sanção.

Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço a intervenção do ilustre Líder do PMDB, que de maneira coerente nos seus apartes, sempre, evidentemente, vem enriquecer ainda mais o pronunciamento do orador que ascende à tribuna.

Mas, como dizia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, será que um professor da rede estadual de ensino quando diz para os seus alunos, ou pupilos, que devem estudar, porque é estudando que se vence na vida, será que isso vem do fundo do coração? Será que este professor tem as condições necessárias, não me refiro aqui, ao salário somente - as condições adequadas para que possa dar aulas, ministrar juntamente com seus alunos? Será que ele tem tempo suficiente para a reciclagem que todos precisamos ter? Será que o professor tem o tempo suficiente para o lazer com seus filhos? A professora com seu marido? O professor com sua esposa, com suas crianças no aconchego do seu lar?

Será que o professor da rede estadual não vem batendo na mesma tecla há muitos anos, e conquistado poucas vitórias?

Eles já estão acostumados a pressões, mas, não se intimidam, continuam, porque entendemos que para hoje ser professor da rede estadual de ensino é preciso muito mais que idealismo do que para atuar em outra área. Porque vemos e sentimos as dificuldades pelas quais o professor da rede estadual passa para que possa ministrar tranqüilamente suas aulas, com seus alunos!

E, durante a campanha, gostaríamos de lembrar aos ilustres Pares, eu, impossibilitado de fazer uma campanha vultosa, com trios elétricos, cornetas em automóveis, propagandas caríssimas, fomos, sim, para o corpo a corpo! Andamos de casa em casa, tentando na nossa Cidade de Maringá, tocar o coração do eleitor, porque a máquina lá estava a despejar caminhões e caminhões de dinheiro, e nós tínhamos uma mensagem, a da renovação, e de uma Nova República! Não uma República com estes vícios velhos e antigos que estamos aí a ver todos os dias, mas uma mensagem de construção e

transição para este País!

E, nesta caminhada, nos deparamos com uma senhora idosa, abraçou-se com o então candidato Lindolfo Júnior, e naquele abraço forte e apertado, olhando no fundo dos meus olhos, disse: "Deputado".

" - Olha, minha Senhora, eu sou candidato a Deputado".

" - Não, você vai ganhar Lindolfo Júnior, e já está eleito, porque nós maringenses vamos elegê-lo".

"Você não me conhece? Perguntava aquela senhora.

Eu, com toda a sinceridade, disse a ela que não me recordava. Naquele momento, com lágrimas nos olhos, disse:

"Meu filho, sou a sua professora do primário que lhe ensinou o beabá. Hoje, você passou pelo primário, ginásio e científico, chegando aos bancos da Universidade, e me mostrava a sua parca e minguada aposentadoria.

E nós, naquela hora, emocionados também choramos com aquela senhora, de revolta pela barbaridade que víamos naquele instante.

Uma Senhora, que nos ensinou o beabá, hoje esquecida e aposentada com um salário de miséria.

Estas injustiças, nobres Deputados, precisam se revistas, reanalisadas, para que o professor que sai de uma sala de aula ou de uma Secretaria de um colégio depois de trinta anos, ou de uma professora depois de vinte e cinco anos, não fique a pedir esmolas.

Estamos dando entrada a um projeto nesta Casa, pedindo o apoio dos nobres Pares, para que o servidor público estadual não tenha descontado o percentual do IPE, porque achamos ser uma injustiça. Ele já contribui vinte, trinta anos, e quando aposentado ainda tem que deixar o Estado tomar um pouco mais daquele minguado salário de aposentadoria? Não, não fizemos e não tivemos uma audiência sequer com o Senhor Governador Álvaro Dias até o presente momento. Mas, conversaremos com ele, e quando fizermos uma visita ao Senhor Álvaro Dias, será uma visita de trabalho, com uma lista de reivindicações para o servidor público do Estado do Paraná, porque este sim é o sustentáculo de uma administração estadual.

Eu já disse isso aqui: quando o Senhor Álvaro Dias passar, e quando for elogiado o plano, o trabalho desenvolvido nestes quatro anos por este Governador, se esquecerão do Professor José do Colégio Estadual de Paranavaí. Todos esquecerão o professor João Carlos de Paranaguá, da escola pública aquela zeladora que durante trinta anos trabalhou numa escola pública estadual.

Não, enaltecerão o trabalho do Gover-

nador Álvaro Dias. Então estes pequenos, que são muito grandes numa administração pública, precisam ser valorizados. É preciso que esta Casa que é a consciência política do Estado do Paraná tenha a sensibilidade de analisar cada um dos problemas da nossa gente, e tenho a certeza e acredito que, o Governador Álvaro Dias, sério porque conheço a sua família, porque sei do berço de onde veio, porque é da minha cidade, independentemente das cores partidárias, será um homem sensível aos reclamos do funcionalismo público, do professorado paranaense, porque também é professor e, ao lado de Álvaro Valle lutou pela aposentadoria, aos vinte e cinco anos para as professoras, no Congresso Nacional.

Este é um momento, sim, de muito trabalho! A responsabilidade de um homem do quilate do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que fez quase 100 mil votos neste Estado, é a mesma responsabilidade do Deputado José Alves, um homem sério, íntegro, trabalhador, representante também da minha cidade, que fez pouco mais de 12 mil votos!

Aqui, formamos uma família, e esta família que conviverá por certo quatro anos neste Parlamento, tem por obrigação, acima de qualquer cor partidária, analisar os problemas do Estado do Paraná para que possamos levar ao Governo Federal os problemas do nosso Estado e da Região Sul do Brasil, porque, Senhores Deputados, precisa aprender que se o trabalhador brasileiro pela manhã toma o café com leite - e nós não queremos mais essa "política do café com leite" de São Paulo com Minas Gerais - é necessário se dizer que também o trabalhador come o pão com manteiga, produzidos com o trigo e o soja do Estado do Paraná!

Quero encerrar o meu pronunciamento dizendo aos ilustres Pares, que tivemos, na semana passada, em Brasília...

O Sr. Antônio Belinati - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lindolfo Júnior, parabéns Vossa Excelência pela sua preocupação com relação aos valorosos mestres do Paraná, e acredito e confio na palavra do ilustre Deputado Caíto Quintana, Líder do PMDB, de que a matéria a respeito do regime diferenciado de trabalho será votada hoje, porque, lamentavelmente, esse projeto já estava na Pauta para ser votado há tempos atrás, porém foi retirado, e tivemos que entrar aqui com um pedido de Regime de Urgência, o que motivou a volta do projeto, para votação na tarde de hoje. Então, estamos confiantes de que, finalmente, nesta tarde esse Projeto n. 53/87 será finalmente aprovado, para alegria da Associação dos Professores do Paraná e pa-

ra alegria de todos os mestres!

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Antônio Belinati, que também vem hipotecar o seu apoio a esta iniciativa.

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Lindolfo Júnior, quero de idêntica forma aos Deputados aparteados, manifestar os meus cumprimentos a Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz nesta Casa, enaltecendo a importância do professor paranaense! Indiscutivelmente, todo investimento que se faz nesta área resultará no maior desenvolvimento, tanto no aspecto econômico como principalmente no aspecto moral e social da nossa gente. Por isso, a preocupação manifesta por tantos quantos participaram da elaboração desse Projeto de Lei, e como enfocou Vossa Excelência a contribuição dos Partidos que estão presentes nessa Casa de Leis também é importante para que se concretize isto. Até para a elaboração de iniciativa. Dessa maneira nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência lamenta nobre Deputado, mas o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O Sr. Ezequias Losso - Terminando dizendo que dessa maneira nobre Deputado, estamos cumprindo com nosso papel de representantes do povo, preocupados com o bem-estar da nossa gente. Cumprimento a Vossa Excelência mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Encerrado o Grande Expediente, passamos para o Horário das Lideranças.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, gostaria de encerrar, dizendo que, evidentemente, teremos, temos condições de falar em nome da Liderança do PFL, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vossa Excelência está falando no Horário da Liderança.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Gostaria de agradecer a manifestação dos ilustres Pares que vêm comprovar que o trabalho que esta Casa vem desenvolvendo é um trabalho voltado para as questões elementares da nossa gente.

Concedo aparte ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti e posteriormente ao nobre Deputado Antônio Costenaro.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado -

Lindolfo Júnior, antes de ser Vereador em Londrina eu já gritava pelo professorado do Paraná, porque eu tenho três irmãs que são professoras, e tenho uma esposa que é professora. O que acho inadmissível nesse País, é que o professor que é o segundo pai dos meus filhos, e a professora, a segunda mãe dos meus filhos, seja uma classe eternamente massacrada no Paraná e na Nação Brasileira.

Espero que esse projeto seja votado pela consciência de cada Parlamentar. Se depender de mim já está aprovado, porque se eu for contra o professorado do meu Estado, irei contra a minha família e contra meus filhos. Como considero a minha família o maior valor moral da minha vida, jamais votarei contra os professores, porque os mesmos fazem parte de uma seqüência da minha família. Ensinam os meus filhos desde o primeiro ano até o ingresso numa universidade.

Era só, muito obrigado, pelo aparte.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Luiz Carlos Alborghetti, agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Apenas quero lembrar que o grau de cultura de uma Nação deve ser medida pela educação e pela capacidade de seus mestres, evidentemente se contarmos a nossa Constituição.

Lembrava-me agora há pouco o ex-Presidente da Câmara Municipal de Cascavel que muitas vezes o professor deixa seu filho em casa, paga uma babá, mas, o salário que percebe, no final do mês não é suficiente para tal fim ou pagar uma empregada doméstica. Bem lembrado, Presidente.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Antônio Costenaro.

O SR. Antônio Costenaro - Nobre Deputado Lindolfo Júnior. Aproveito esta oportunidade para parabenizar Vossa Excelência pela brilhante alocução em defesa dos professores do Estado do Paraná. Esta preocupação, acredito eu, sem dúvida nenhuma deve ser a de todos os Parlamentares desta Casa. Irei mais longe, dizendo que todos somos e temos a obrigação de sermos um professor em potencial, desde aquela mais humilde pessoa, que tem uma educação de berço, procura transferir para os seus filhos e dar uma educação condizente com o povo brasileiro, com a formação da juventude brasileira.

Mas o professor que o faz por profissão, e que através do banco escolar tem que receber a soma da sociedade, as grandes decisões sociais que temos em nosso País, leciona numa classe com trinta, trinta e cinco, quarenta, quarenta e cinco alunos, como acontece em nosso País, absurdamente, e tem que trabalhar horas e

horas, e no final de um exercício tem que ter um resultado positivo, porque não se permite nem sequer reprovações.

Esse professor tem uma grande responsabilidade. Então, é necessário que a sociedade brasileira dispense a esse trabalhador um maior carinho, a maior atenção, principalmente dando tranquilidade, para que ele possa trabalhar com segurança com certeza de que na sua residência e no seu lar não lhe falte nada.

Mas infelizmente, ao manifestar minhas palavras, ouvi alguns dos Deputados dizer que não era assim no passado, com o que concordo plenamente. Não sei se foi o nobre colega Luiz Carlos Alborghetti, concordo plenamente, e vou mais longe. Meu pai foi um imigrante italiano, que frequentou os bancos escolares na Europa. Aqui no Brasil, na vida de colono, no interior, na agricultura, e no Estado do Paraná, foi professor muitos anos. Foi professor gratuitamente. Quando? Quando os moradores de um bairro forneciam querosene, e ele fornecia o lampião, e dava aula até altas horas da noite, depois de um dia cansativo de trabalho e o fazia gratuitamente.

Mas, esse é o nosso país; estamos buscando, meu caro Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o caminho do desenvolvimento, no dia-a-dia. E hoje, já praticamente no século XXI, é necessário que se reúnam as melhores condições e se empenhem os maiores recursos destinados à educação do povo brasileiro, para que tenhamos uma formação digna para o mesmo.

É claro que durante todos esses anos, houve um desenvolvimento duro, difícil. Também, lembro-me muito bem do tempo em que construíram a primeira escola que eu frequentei. Não me envergonho em dizer que morei e já o disse nesta Casa - que fui criado na zona rural até os quinze anos de idade. Mas, ao quererem a escola para que os filhos pudessem frequentá-la, foram os pais que serraram a madeira, construíram-na e depois a prefeitura municipal colocou um professor a disposição. É o caminho, são os caminhos difíceis do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

E hoje, graças a Deus, o nosso País já se encontra num outro patamar. Não podemos nem compará-lo com esse tempo.

É necessário, então que os nossos governantes destinem os recursos necessários, de tal forma que o professor receba um carinho, para poder transferir para os nossos filhos, com segurança, tranquilidade, uma educação das melhores; porque só assim nós chegaremos ao desenvolvimento pleno.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente,

gostaria de conceder mais um aparte, ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vossa Excelência tem dez segundos, nobre Deputado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Deputado Lindolfo Júnior, declino do aparte para que Vossa Excelência consiga concluir seu raciocínio.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Apenas para encerrar, então, Senhor Presidente. Acreditamos no compromisso dessa gente, dos Deputados que aqui se encontram, para com a classe do professorado e gostaria de encerrar o meu pronunciamento dizendo que o professor, quando recebe o seu pagamento, chega em casa tão descontente, começando a contar as contas do seu rosário, mas tenho certeza que hoje o professorado paranaense receberá o calor deste Plenário.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra a Bancada do PDT.

Com a palavra o Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvimos com bastante atenção o pronunciamento do nobre Deputado Lindolfo Júnior a respeito dos professores do Paraná e atentamente também os apartes realizados pelos demais integrantes da Casa. Gostaríamos na oportunidade, também, de parabenizá-lo, uma vez que nós declinamos do nosso aparte para que ele concluísse o seu raciocínio.

Deputado Lindolfo Júnior e demais Deputados desta Casa. Ainda existe muita coisa a ser feita na educação do Paraná e uma das metas que o professor hoje vive, é a extinção do próprio convênio que existe com as Prefeituras, denegrindo, inclusive, aquilo que ele mais reivindica, que é o seu salário, a sua garantia futura. Há também que se ressaltar que temos na pauta a própria extinção da aposentadoria conseguida pelo então Senador, atual Governador do Paraná, Álvaro Dias, juntamente com Álvaro Valle, que dava à professora aposentadoria aos vinte e cinco e ao professor aos trinta anos de serviço. Também são metas dos professores do Paraná, que tenho certeza vão aparecer dentro de mais alguns dias nesta Casa.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"O Brasil vive momentos de angústia, desespero e da maior recessão econômica de

todos os tempos, pois a nossa inflação, não está controlada, o nosso trabalhador está com seu salário arrochado, a saúde pública está em péssimas condições, a agricultura está falida, o Governo negociando cargos para sua sustentação política, esquecendo até da segurança pública que é um dos mais sagrados direitos garantidos pela nossa Constituição Federal.

Os bancos estão cada vez mais poderosos, cada dia mais abarrotados de dinheiro, fruto de uma política cada vez mais desastrosa, não obedecendo até as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. E isto ocorre quando o Governo Federal anunciou um programa de ajuda às pequenas e microempresas, o qual não foi devidamente aplicado, pois temos conhecimento de muitas empresas de nossa região que não foram atendidas e que preenchiam todos os requisitos exigidos pelo Banco Central do Brasil, pois os recursos previstos por esse programa talvez tenham sido desviados para atender os interesses dos próprios bancos com a quitação de outras dívidas que nada tinham de relação com o estabelecido pelo Governo Federal. O demais que aconteceu foi que ninguém fiscalizou, ou tomou providências e o nosso pequeno empresário continua à porta da falência, lembrando sempre que a pequena empresa é a principal fonte de emprego deste País, sendo a principal vítima do plano econômico do Governo do PMDB que levou o País ao desespero, ao caos e ao desastre em que hoje nós vivemos.

Mas não é só isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a preocupação do momento.

Há pouco tempo, os noticiários dos jornais esclareciam o escândalo na construção da ferrovia Norte-Sul, e hoje a conclusão do inquérito policial feito pela Polícia Federal diz não haver indícios de fraude na realização da primeira licitação, a qual ainda foi anulada pelo Governo Federal.

Ora, Senhores Deputados, um jornalista descobre antes da data da licitação quem seriam os vencedores da concorrência pública e publica em seu jornal o resultado de tal ato formal, e isto só não indica que houve fraudes na licitação? Será que a Polícia Federal é a única que assim não entende?

E agora, horas antes do lançamento do Plano Bresser o próprio Governo Federal anunciava que não mais iria construir a tal ferrovia de forma a conter os gastos públicos, que se constituem sem sombra de dúvidas, no maior câncer da inflação brasileira.

E qual não é nosso espanto em ver novamente notícias sobre a construção de tal

ferrovia, provando dessa forma que nem o próprio Governo Federal cumpre com suas propostas e determinações, levando a crer que esse Governo não é sério e nem poderia sê-lo, pois não há respaldo popular, tratando-se de Governo biônico, que se procura manter no poder a qualquer custo e sempre em detrimento do nosso povo e da nossa gente.

A exemplo desse fato notamos também que a imprensa nacional destacou o famoso "pacto do diabo", onde o multipresidente Ulisses Guimarães faz qualquer acordo para se manter no poder juntamente com seu Partido, o PMDB, não havendo interesse em defender a Nação e seu povo, mas sim meia dúzia de apadrinhados que concordam com suas idéias.

Por essas razões e muito outras, é que entendemos que a única solução existente para o momento é a convocação de eleições diretas tão logo tenham sido encerrados os trabalhos na Constituinte, pois a permanecer a atual situação, o Brasil não terá meios para sair do fundo do poço, no qual hoje se encontra, e o povo não mais resistirá tamanha pressão ora contra ele exercida.

Precisamos de coragem e trabalho, mas, acima de tudo, precisamos de honestidade e lealdade de nossos dirigentes, pois sem isso não haverá condições para o desenvolvimento de nosso País".

(termina de ler).

O Sr. Lindolfo Júnior - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Valderi Mendes Vilela, usando o Horário de Liderança, Vossa Excelência faz colocações de suma importância. Uma delas é essa a questão do microempresário.

No dia 30 de junho realizaríamos aqui na Assembléia um grande encontro nacional com presidentes de federações de todos os Estados, associações de micro e pequenas empresas. Mas, com o Plano Bresser, resolvemos dar um voto de confiança ao Governo Federal. Hoje pela manhã, estivemos também com o Presidente da Federação Paranaense das Micro e Pequenas Empresas e já marcamos uma nova para esse Encontro, Encontro para a qual Vossa Excelência está convidado, assim como os demais Pares. E é no dia 18 de setembro que será o Encontro Nacional de Micro e Pequenas Empresas neste Plenário, numa sexta-feira, com a participação de Vossa Excelência, se puder, por favor.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Muito obrigado, Nobre Deputado Lindolfo Júnior.

Realmente nós teremos a máxima satisfação de estar presente neste encontro, porque temos consciência da necessidade de

ajudar o micro e o pequeno empresário deste País.

Ontem ouvimos atentamente o Nobre Deputado Nereu Carlos Massignan falar sobre a venda de uma empresa paranaense a uma multinacional. Coisas desta natureza deixam o brasileiro um pouco mais triste do que ele já vive hoje.

Por isso nós não entendemos como só a Polícia Federal não enxerga a fraude que houve na Ferrovia Norte Sul, na licitação dessa Ferrovia.

Senhores, todo mundo sabe o que aconteceu: um jornalista publicou o resultado da licitação um dia antes da realização da mesma, e ainda isso só não constitui fraude, isso só não constitui ilícito, e ela continua hoje sendo construída, mesmo o Governo não cumprindo as suas próprias propostas de economia e de contenção dos gastos públicos.

Gostaríamos de concluir o nosso raciocínio a respeito de outros detalhes que envolvem o nosso Brasil de momento, mas gostaríamos de deixar registrados que nós precisamos hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, muito mais trabalho, muito mais seriedade para que esse País possa sair do atoleiro em que hoje se encontra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No Horário das lideranças consultamos o PT.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Anibal Khury)

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Colegas Parlamentares presentes à Sessão de hoje. Companheiros, trabalhadores, professores e seus representantes, companheiros de Londrina, representantes da população de lá, que estão na luta em defesa da população daquele município, bem-vindos. Porque aqui é a Casa onde se defende os interesses do povo do Paraná.

Ocupo a tribuna neste dia basicamente com duas preocupações. A primeira preocupação fundamenta-se na preocupação da Imprensa no dia de hoje, que está abordando uma questão que eu vejo de importância, pelo menos para esta Casa, quando se questiona no interesse de privilegiar a inclusão na Ordem do Dia de certas leis, de certas mensagens, projetos e emendas. A partir deste questionamento, passei a me preocupar e gostaríamos de saber da Executiva desta Casa sobre uma Mensagem que foi preocupação deste Parlamentar, a Mensagem que revoga o art. 147 da Constituição do

Estado, que foi aprovado, via requerimento nesta Casa, no começo de abril. Quando, no final de abril, o Senhor Governador compreendeu a vontade desta Casa, enviou a Mensagem e no dia 16 de junho, através de requerimento, ela foi aprovada em regime de urgência e até hoje, 12 de agosto, ainda não consta da Ordem do Dia.

É preocupação minha, mas creio eu que deve ser a preocupação de todos nesta Casa o porque ainda não consta na Ordem do Dia esta Mensagem de tão grande importância, para nós começarmos a cortar os privilégios daqueles que não os merecem, no setor público neste Estado.

A segunda preocupação que trazemos neste dia, está manifestada também através de um requerimento onde queremos a discussão e aprovação de um voto de apoio à Greve Geral programada para o dia 20 de agosto próximo. Assim, nós apoiariamos a Greve Geral dos trabalhadores paranaenses, que juntamente com todos os trabalhadores brasileiros, irão protestar contra o arrocho salarial, contra o Plano Bresser, contra o pagamento da dívida externa e reivindicando, basicamente, a reposição das perdas salariais, uma Constituinte democrática, reivindicando eleições diretas em 1988, estabilidade no emprego, reforma agrária, liberdade sindical e o não pagamento da dívida externa, é lógico.

Porque já é com certeza do conhecimento de todos nós que os trabalhadores brasileiros, com a decretação do Plano Bresser, tiveram uma perda salarial enorme. Quando o último gatilho foi acionado, em maio os resíduos iam de 2,68%, para quem tinha data base em maio, até 23,57%, para os que tinham dissídio em outubro.

Para melhor demonstrarmos o arrocho salarial causado pelo Plano Bresser, passamos a relacionar os resíduos que as categorias possuem, de acordo com o mês e com sua data base: janeiro, 9,44%, fevereiro, 12,42%, março 18,40%, abril 3,50%, maio, 2,68%, julho 7,70%, agosto 6,49%, setembro 4,75%, outubro, - que é o maior -, 23,57% novembro, 21,26%, dezembro 17,40%.

Algumas categorias tiveram maior perda, como por exemplo os bancários, 67,37%, os metalúrgicos, 73,93%, os gráficos 68,42% os jornalistas 64,89%, e o salário mínimo, que caiu para 61,23%.

Segundo o DIESE, desde o início do Plano Cruzado, as perdas salariais até o final de junho de 1987, chegaram à média de 37,74%. Até o final de julho esta perda já tinha alcançado o percentual de 45%. A concessão de abono de Cz\$ 250,00 para os que ganham até cinco salários mínimos, não significa absolutamente nada diante dos prejuízos que os trabalhadores acumularam. O abono significa apenas 12,7% do aumento

sobre o salário mínimo, quando a perda foi de 61,23%.

Estes dados certamente já são suficientes para mostrar que os trabalhadores brasileiros têm razão e têm direito de irem à greve geral no próximo dia 20. Além disto, os trabalhadores reclamam uma maior participação nas decisões de Governo sobre as questões econômicas. Os trabalhadores estão indo à greve geral, contra o pagamento da dívida externa, pois ela é a causa fundamental do arrocho. Os trabalhadores querem também eleições diretas em 1988, pois esta é uma das únicas maneiras de acabar com este Governo autoritário da Nova República, que só governa através de decretos para favorecer os patrões que o sustenta.

Por fim, os trabalhadores estão indo à greve para tentar fazer com que os Constituintes, na sua maioria patrões e reacionários, se voltem para as necessidades dos trabalhadores e não acabem de vez com os seus direitos. Diante disto, a greve geral do dia 20 de agosto de 1987 é legítima e, como tal, deve receber o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, como forma concreta dos Deputados Estaduais do Paraná demonstrarem a sua luta contra o arrocho, pelo não pagamento da dívida, pelas eleições diretas em 1988 e por uma Constituinte que defenda os direitos dos trabalhadores.

O Sr. Antônio Belinati - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Pedro Tonelli, cumprimos Vossa Excelência que no tocante ao PDT, nosso Partido, o Partido Democrático Trabalhista, apóia integralmente todos os movimentos que estão sendo processados neste País, inclusive esta greve geral, porque sabemos da perda salarial e sabemos do descaso do Governo em relação à classe trabalhadora brasileira e também, nobre Deputado, quando nos batemos por melhores salários, há uma preocupação grande no tocante a quem está desempregado, porque com o Governo da Nova república criou-se também a indústria do desemprego.

A televisão mostrava que ontem, só na Capital de São Paulo, existiam 700 mil brasileiros desempregados. Outro canal de televisão mostrava que aqui no Paraná, muitos milhares de irmãos paranaenses estão indo embora do Paraná porque não há mais emprego aqui.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa comunica que o seu tempo está esgotado. Concede-lhe mais um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço e é muito bem lembrado a preocupação do Depu-

tado Antônio Belinati, a preocupação e a causa de toda essa política econômica, isso é uma justificativa a mais para que todos nós, homens públicos, manifestemo-nos, nos comprometendo com a mobilização programada pelas unidades, entidades democráticas desta Nação, de paralisarmos as nossas atividades e protestar, reivindicar, de maneira organizada, no próximo dia 20 de agosto.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores colegas.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra a representação do PL.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Juntamente com o eminente Deputado Tadeu Lúcio Machado, Tesoureiro da Seccional Sul da União Parlamentar Interestadual, retorno da Capital da República, onde com outros membros e Conselheiros da referida organização representativa dos Deputados Estaduais, procedemos à entrega de documentos, contendo sugestões à Assembléia Nacional Constituinte.

Certamente o Deputado Tadeu Lúcio Machado que, brilhantemente, desempenhou a função de coordenador geral do Seminário sobre a Constituição Federal e a Região Sul, levada a efeito nesta Assembléia no último dia 4, também trará, oportunamente, a conhecimento desta Augusta Casa do Povo, aspectos referentes ao trabalho que desenvolvemos na seqüência daquele evento, que reuniu no Plenarinho desta Assembléia, representantes de importantes segmentos da sociedade paranaense.

Outrossim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenho em minhas mãos, duas correspondências do Ministério dos Transportes.

Fomos através delas informados a propósito de reivindicações desta Casa, contidas em requerimento aprovado pelo Plenário, em relação ao drama de nossas rodovias, particularmente no que se refere aos "corredores da morte" em que se transformaram a Rodovia Curitiba - Joinville e o perigoso caminho da tragédia, a BR-116, trecho Curitiba - São Paulo.

Em relação à "Curitiba - Joinville" sou informado que não existem recursos previstos, nem projetos de engenharia, mas estão sendo alargadas três pontes do trecho Curitiba à divisa com Santa Catarina.

Com relação à BR-116, rodovia com extensão de 335 quilômetros, a informação é de que já estão duplicados. Existe projeto final de engenharia para duplicação, mas como foi elaborado em 1978 - 1979, exige atualização.

Não estão previstos recursos no orçamento do DNER para o ano de 1987, nem na

proposta de reformulação do orçamento do DNER para este ano. O programa de desenvolvimento do Setor de Transportes desse Ministério, para o período 1986 - 1989, não prevê a duplicação da BR-116.

Informa, ainda, o Ministério dos Transportes que, ciente das deficiências de recursos, há um esquema de prioridades, elegendo quais os sub-trechos que devam ser primeiro duplicados, alguns dos quais já com parte de terraplanagem concluída.

Alerta ainda o Ministério dos Transportes que entre Curitiba e a divisa com São Paulo, existe 110 km, faltando duplicar apenas 41 km.

Embora exista projeto final de engenharia para duplicação, não há recursos previstos até 1989. E as tragédias continuam enlutando famílias e causando vultosos prejuízos.

Embora respeitando a informação do Ministério dos Transportes nesta Casa, as desculpas não me convencem. Afinal, conforme está sendo constantemente divulgado pela imprensa, morrem em acidentes fatais nestes dois trechos o mesmo número de americanos mortos em período de um ano na guerra do Vietnã. A alegação da falta de recursos não é obstáculo quando se quer realizar alguma coisa. Aí está, por exemplo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento, servindo para que se compre um Caça Bombardeiro AMX, contrariando a real destinação dos recursos deste Fundo.

Logo, quando se quer, a falta de recursos, repito, não é obstáculo.

Por isso, Senhor Presidente, volto a enfatizar a importância de providências quanto às rodovias citadas. O trecho Curitiba-Joinville, o verdadeiro corredor da morte como já dissemos, cujo asfalto negro continua vermelho pelo sangue de muitas vítimas, requer urgência de medidas. Da mesma forma a BR-116, Curitiba - São Paulo, caminho de tragédias que diariamente estampa em jornais resultados destes reclamos com famílias inteiras perdidas e enlutadas, ocorrências e prejuízos que se refletem, não apenas nos atingidos, mas para outros que trafegam no citado trecho.

Volto a insistir na matéria, porque acho estar o Governo nesta área sendo insensível a um drama reclamado com insistência pelo Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa pede a atenção dos Senhores Deputados para o orador que está com a palavra.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Obrigado, Senhor Presidente.

É preciso que lá fora haja ressonância aos nossos apelos. Brasília não pode continuar isolada como uma Ilha da Fantasia,

fechando os olhos para manchetes garrafais de tragédias lamentáveis com a desculpa simples da falta de projetos ou de recursos. O Paraná exige mais respeito a estas reivindicações.

Faço votos de que o Governador Álvaro Dias conquistasse o atendimento a reivindicações como estas, pois as desculpas, atrasos e providências até agora não nos convenceram, principalmente enquanto durar o clima propício, as condições favoráveis a lamentáveis ocorrências com as rodovias citadas, as quais contribuem tanto quanto ao Vietnã para fazer vítimas inocentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra a representação do PTB.

(Declina).

Havendo declinado, com a palavra a representação do PDS.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Com a palavra o Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê).

"A prática já provou que a centralização quase que absoluta das arrecadações e serviços nas mãos da União não é o melhor caminho. Quase sempre o resultado direto dessa política tem sido a ineficiência.

É o caso do trabalho de Inspeção de Produtos de Origem Animal, até agora centralizado no Ministério da Agricultura, e que não vem correspondendo a seus objetivos, provocando sérios prejuízos à saúde humana.

Hoje, mais de 80% da carne consumida no Estado não possui nenhuma inspeção sanitária, representando 132.400 mil toneladas de carne consumida sem inspeção. Isto significa que a população humana potencialmente exposta ao consumo de carne bovina, suína e avícola, não inspecionada, no Paraná, é de aproximadamente 5,725 milhões de habitantes, o que corresponde ao preocupante índice de 60% da população.

E a consequência é trágica. Cerca de 40% das intoxicações alimentares no Paraná são oriundas do consumo de carne contaminada por microorganismos patogênicos, em função da manipulação e falta de higiene desde o abate e transporte, até o armazenamento.

Aproximadamente 90% dos municípios do Estado não dispõem de abatedouros adequados e nem serviços de inspeção, e pela própria falta de tecnologia ocorrem perdas consideráveis, como o não aproveitamento de subprodutos, além de danos irreversíveis ao meio ambiente, como focos de con-

taminação em mananciais e proliferação de vetores.

Paralelamente, e também como consequência de todos estes problemas, ocorre uma grande evasão de receitas do Estado, através da sonegação do ICM.

Para enfrentar este quadro de extrema gravidade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a Secretaria de Estado da Agricultura, em conjunto com entidades e associações ligadas ao setor, elaborou um estudo e um projeto altamente elogiável: a descentralização dos trabalhos de inspeção de produtos de origem animal, passando para o Estado e para os Municípios a responsabilidade deste serviço.

Este plano prevê a inspeção a nível municipal, sendo que cada Prefeitura de município onde haja abatedouro deverá dispor de um Médico Veterinário e um auxiliar de inspeção, que poderão ser contratados com recursos oriundos da União. Prevê também a implantação de quarenta e dois novos abatedouros municipais simplificados, no prazo de apenas um ano.

O plano define também o envolvimento de todos os órgãos públicos ligados direta ou indiretamente ao setor, como a própria SEAB, SUREHMA, SESA, Prefeituras, FAMEPAR, SEFI e o Ministério da Agricultura, buscando acompanhar todo o processamento da carne e sua comercialização, como também o destino dos resíduos dos abatedouros e controle da arrecadação do setor.

Com essa política descentralizadora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sem dúvida quem ganha é a comunidade paranaense. Afinal, com um trabalho eficiente na inspeção de produtos de origem animal, teremos uma melhoria considerável na qualidade dos produtos consumidos pelos paranaenses.

É um programa sério e inovador. E por isso a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento merece o nosso aplauso". Concedo o aparte ao nobre colega Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Nobre Deputado Sabino Campos.

Vossa Excelência traz hoje a esta Casa uma preocupação muito importante, principalmente a preocupação do Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Dias, no que diz respeito à interiorização dos serviços do Ministério da Agricultura no campo da fiscalização de carnes e derivados. Inclusive, é importante que se faça isto também em outros setores, como a fiscalização de sementes, já que hoje estão tentando fazer a auto-fiscalização, o que é um absurdo, sob todos os aspectos.

Mas Vossa Excelência traz a preocupação e a mim me cabe, neste momento, para-

benizá-lo por esta preocupação, mas além disso fazer com que nós nos somemos nesta Casa, para que esta interiorização, esta descentralização e esta estadualização e municipalização do serviço de fiscalização, venha a ocorrer, fazendo com que o Ministério da Agricultura seja apenas um gerente geral e não o executor das atividades, porque ele não tem condições de penetrar em todos estes quatro mil municípios brasileiros.

Portanto, essa preocupação de Vossa Excelência também é nossa, e esperamos nos somarmos a isto no sentido de fazer com que o plano do Secretário da Agricultura, Osmar Dias, venha a se concretizar o mais urgente possível.

O SR. SABINO CAMPOS - Eu agradeço ao nobre Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Sabino Campos, esta preocupação é uma constante também na minha cidade, Londrina. Eu tenho um companheiro de bancada, que desde o início do seu mandato, o vereador Osvaldo Caldarelli, o vereador mais antigo de Londrina, vem pedindo um matadouro municipal para o Município. E, lamentavelmente não tem sido atendido.

O índice de abates clandestinos é grande e não existe fiscalização para isso, Deputado Sabino Campos. Não existe. Então, eu conversei com o Secretário de Agricultura, Osmar Dias, e estou elaborando um pedido, uma série de indicações do meu gabinete a ele, fazendo com que todos os prefeitos municipais tenham seus matadouros municipais nos seus respectivos municípios e que haja uma fiscalização da Secretaria da Agricultura.

Quer dizer, há o pequeno agricultor. Às vezes a pessoa cria um porco no fundo do quintal, quer matar e não tem condições, quer vender e não tem condições de higiene, não tem condições para nada, às vezes depende de um frigorífico grande, e o frigorífico cobra uma fortuna.

Quero então elogiar a sua atitude nessa tribuna, por sua preocupação nesse setor, e realmente a situação deste setor é estarrecedora, Deputado Sabino Campos, e realmente há necessidade de um plano de Governo muito bem elaborado, e acredito que o Secretário Osmar Dias poderá colocá-lo em prática e fazer um chamamento a todos os prefeitos municipais do Paraná, para que o município que não tem, passe a ter um matadouro municipal, sendo que isso em muito ajudará a classe pobre que queira abater o seu animal, possa fazê-lo recolhendo uma taxa, ajudando os cofres da

Prefeitura ou os cofres do Estado, sendo que assim a Saúde Pública também pode fiscalizar.

Então eu aplaudo o seu pronunciamento nesta tarde, pronunciamento sombrio, mas que realmente deveria merecer a atenção da imprensa, de todos os parlamentares nesta Casa, nessa sua constante preocupação com o que pretende o Sr. Secretário Osmar Dias fazer nesta pauta que Vossa Excelência acaba de ler em plenário.

Muito obrigado.

O SR. SABINO CAMPOS - Eu agradeço o aparte do Deputado Luiz Carlos Alborghetti e peço aos companheiros Deputados que aprovem o requerimento de nossa autoria, a ser remetido ao Ministro da Agricultura, para que seja aberto mão, por parte do Ministério da Agricultura, para que a inspeção seja feita pelos Estados, com o Estado mais tarde abrindo mão para que os municípios possam fiscalizar, e, com isso, nós venhamos a dar carne de boas condições à população paranaense.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Terminada a Hora do Expediente, passa-se à ORDEM DO DIA,

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência passe à Ordem do Dia, eu gostaria de registrar a esta Presidência e à Mesa deste Poder Legislativo, e, acima de tudo, como vice-Líder do Governo do Paraná, de que se estampa hoje na imprensa do Paraná a preocupação do Governador Álvaro Dias em três projetos que estão encaminhados a este Poder Legislativo, e que estão em regime de urgência a pedido do Governador do Paraná.

E queremos ressaltar que, denunciado pelo Deputado do PT, Pedro Tonelli, talvez o Governador que pedia as medidas esteja procurando protelar as medidas. E eu quero, neste instante, cobrar, neste minuto, da Mesa da Assembleia Legislativa do Paraná, que trata estes projetos imediatamente para serem votados, uma vez que os jornais dizem o seguinte:

"O Governador Álvaro Dias enviou ontem à Assembleia Legislativa, expediente pedindo Regime de Urgência para as três matérias oriundas do Poder Executivo. A primeira delas diz respeito ao fim da aposentadoria a ex-governadores a partir da sua gestão; a segunda estabelece regime de

urgência diferenciado de trabalho para os professores. E terceira, decreta intervenção no Município de Marechal Mallet."

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que Vossa Excelência tomasse as devidas providências, uma vez que o Governador do Paraná, em ritmo acelerado, procura atender às aspirações do povo do Paraná. Como vice-Líder não posso admitir que a Assembleia Legislativa ande a "passo de tartaruga" prejudicando o bom andamento do Governo do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato que os projetos por Sua Excelência referidos têm sua tramitação normal, um dos projetos já consta da Ordem do Dia de hoje, e os outros, tão logo estejam em condições, irão figurar na ordem do Dia.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência que registrasse a presença, nesta Casa do Professor Paulo Maia de Oliveira, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, e também a presença do Professor Eduardo Fávares, Presidente do Núcleo Regional da APP de Curitiba e dos demais professores aqui presentes.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a Vossa Excelência, de que, realmente, a matéria 07 já é um dos pedidos do Governador do Paraná. Agora, a nossa posição é apenas, Sr. Presidente, de dizer a Vossa Excelência que se o Governo está procurando tomar as providências de moralização no Estado, cabe a nós defender os interesses do povo paranaense, agilizando as matérias neste Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela ordem) Quero aproveitar para perguntar. Onde anda o meu Projeto de Zoneamento da Cana, que é de 1985?

Onde estará esse projeto, Sr. Presidente?

É só isto!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Eu vou apertar a "lampadazinha de Aladim" e informarei a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury).

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de auto-

ria do Sr. Deputado Luiz Antônio Setti, devidamente apoiados, constantes do Expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Alves, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a inversão para discussão e votação da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado solicitando a inversão da Ordem do Dia, passaremos à apreciação da matéria, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 53/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 40/87), objetivando estabelecer normas com vistas à implantação, no magistério paranaense, do Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, de que trata a Lei Complementar n. 32, de 11.12.86. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H., e C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. n. 40, de 29.04.87, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 53/87

P A R E C E R:

1. A Mensagem Governamental n. 40/87, encaminha Projeto de Lei Complementar que visa regulamentar por meio diverso de Decreto o disposto na Lei Complementar n. 32/86.

2. Embora aquela legislação previsse sua regulamentação através Decreto do Executivo, o lapso de tempo entre sua publicação e a data desta proposta esgotou o prazo assinado, estando preclusa essa possibilidade.

3. Uma vez esgotado o prazo, aliás peremptório, o Executivo Estadual, através de Comissões procedeu a estudos que culmi-

naram pela apresentação deste procedimento.

4. Tais Comissões, presididas pelo Sr. Secretário de Estado da Educação, concluíram que uma simples regulamentação da legislação já vigente proporcionaria condições aos beneficiários de tal monta e ordem que viriam gerar problemas de gestão difíceis de serem administrados, criando expectativas que não poderiam, na prática, ser atendidas, face à imperfeição e à fragilidade do sistema de controle.

5. Face a isso, entenderam os membros da Comissão, modificar o dispositivo legal aludido, no que contaram com a anuência - em quatro reuniões - da Associação dos Professores do Paraná.

6. Dessa forma, e no aspecto de mérito, se os próprios interessados anuíram, nada se pode fazer, senão concordar com o texto ora proposto.

7. No aspecto constitucional da matéria, encontra a mesma perfeito embasamento com as disposições da Carta Magna Estadual, tanto na questão da competência de iniciativa, como na administração dos atos legais que venham a reger seu quadro de pessoal.

8. Assim, embora possamos discordar no mérito que cerca a matéria, vez que deva ser considerado que as disposições da Lei Complementar n. 32/86, geraram direitos e conquistas importantes, hoje, em parte, revogados, somos forçados, em análise técnica, a opinar favoravelmente à aprovação da medida.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
ERONDY SILVÉRIO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 053/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei Complementar em exame origina-se na Mensagem Governamental n. 40/87, e objetiva estabelecer normas com vistas à implantação, no magistério paranaense, do Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, de que trata a Lei Complementar n. 32, de 11.12.86.

A matéria foi objeto de exame por parte da Douta Comissão de Constituição e Justiça, merecendo da mesma o necessário parecer favorável.

O Projeto de Lei Complementar resulta de estudos feitos por representantes das Secretarias de Estado da Educação, da Administração, do Planejamento, das Finanças e da Casa Civil, sendo ouvidos, também, os representantes da Associação dos Professores do Paraná. Reflete, portanto, "a concordância da classe e os legítimos interesses do ensino".

Neste sentido, manifestamos o nosso

parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.06.87.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 53/87

P A R E C E R:

Oriunda de Mensagem do Poder Executivo n. 40/87, a matéria em questão objetiva estabelecer normas com vistas à implantação do Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, ao magistério paranaense.

Já tendo recebido pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, vem agora ao âmbito de análise desta Comissão.

Visa o projeto de lei complementar em tela, racionalizar a administração do pessoal da Secretaria de Estado da Educação, permitindo eliminar a atribuição anual de aulas extraordinárias, que têm o condão de gerar uma certa instabilidade nos profissionais de educação, bem como reduz o número de professores celetistas contratados anualmente para suprir o número de vagas que se apresentam no início de cada ano letivo.

Diante do exposto, somos levados a opinar favoravelmente à tramitação da matéria por esta Casa de Leis, com sua consequente aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 53/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei Complementar, oriundo da Mensagem Governamental n. 40/87 tem por finalidade estabelecer normas com vistas à implantação do Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, ao Magistério Paranaense.

Sobre a matéria, houve os pronunciamentos favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Recursos Humanos.

No âmbito desta Comissão de Educação, não há nada que obste a normal tramitação do referido projeto de lei nesta colenda Casa tendo em vista que a medida proposta, a questão primordial de dotar o ensino do Paraná de meios necessários ao seu próprio desenvolvimento, assim podendo atender, da melhor forma possível, a demanda dos que buscam matrícula nos estabelecimentos oficiais do Estado.

Nestas condições, é o nosso Parecer Favorável à Aprovação do Projeto de Lei n. 53/87.

Sala das Comissões, em 24.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente e Relatora.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o encerramento da discussão do Projeto de Lei Complementar n. 53/87. - Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, porém não pude entender perfeitamente qual o teor do requerimento do Deputado Lauro Lobo Alcântara?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O requerimento solicita dispensa de discussão do Projeto de Lei Complementar n. 53/87.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, pela Constituição Estadual, Artigo 26, as Leis Complementares à Constituição serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Assembléia, observados os demais termos da votação das Leis Ordinárias. E o Artigo 25 diz também que todos os projetos devem ser discutidos, respeitadas 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a discussão. Nesse sentido, esse Deputado pretende discutir esse Projeto em 1.^a, 2.^a e 3.^a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que o requerimento está aprovado, Vossa Excelência poderá encaminhar à votação por dez minutos.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu gostaria de apresentar emendas nesse Projeto, como é que eu faço?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deve ler o Regimento Interno. Em 2.^a e 3.^a discussão, Vossa Excelência pode apresentar emenda.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria esse Deputado de saber de Vossa Excelência em que Artigo o Regimento Interno da Casa diz que pode se dispensar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado, trata-se de matéria vencida e nós vamos proceder à votação do Projeto de Lei alertando que o Projeto de Lei necessita de maioria absoluta.

O SR. ALGACI TÚLIO - Com meu protesto, Vossa Excelência, quando eu pedi a Questão de Ordem ainda estava em discussão a matéria. Lamento profundamente que se

proceda desta maneira, nesta Casa, antidemocraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu aceito o protesto de Vossa Excelência, será registrado. Em votação o Projeto de Lei. APROVADO por unanimidade.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já é matéria vencida.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já é matéria vencida nobre Deputado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 17/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 03/87), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Arapongas o imóvel constituído por terreno com área de 7.104,00m² e benfeitorias nele existentes, localizado naquela Municipalidade, objetos de matrícula 621, registradas no Livro 2, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis a Comarca de Arapongas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado (Publicado no DA. 16, de 17.03.87, Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 017/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n.03/87, autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Arapongas o imóvel constituído por terreno com área de 7104,00 metros quadrados e benfeitorias nele existentes, localizado naquela municipalidade, objeto de matrícula 621, registrada no Livro n. 2, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas.

O projeto está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nos termos do artigo 21, item VIII, alínea "c", da Constituição Estadual é de competência dessa Assembléia Legislativa "autorizar concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual...".

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
DAVID CHERIEGATE
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 017/87

PARECER:

Da iniciativa do Poder Executivo, Mensagem Governamental n. 03/87, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Arapongas o imóvel constituído por terreno com área de 7.104,00 m² e benfeitorias nele existentes, localizado naquela Municipalidade, objetos de Matrícula 621, registrados no Livro 2, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas.

O Plano de Lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, foi devidamente analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer favorável.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, restrita à análise da parte financeira da matéria, vimos que a doação em questão ensejará a expansão industrial da região redundando em maior arrecadação tributária, beneficiando tanto o Estado quanto o Município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL ao Projeto, recomendando a aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 017/87

PARECER:

O presente Projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 03/87, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar o mesmo a doar ao Município de Arapongas o imóvel constituído por terreno com área de 7.104,00 m² e benfeitorias nele existentes, localizado naquela municipalidade, objetos de Matrícula 621, registrados no Livro 2, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas.

Com relação a parte legal e constitucional do Projeto de Lei em questão, foi ele devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, como favorável.

No que compete a Douta Comissão de Finanças na análise da parte financeira da matéria, esta também, recebeu parecer favorável.

De conformidade com o art. 54 do Regimento Interno, que reza da competência

desta Comissão, encontramos: "A Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre todos os assuntos relativos ao problema imigratório, à colonização e aproveitamento das terras devolutas, recuperação e utilização de terras inaproveitadas".

Sendo o caso em questão o de tratar-se de terra inaproveitada (como rege o art. 54 do Regimento Interno) pelo Estado, além de ser medida justa que beneficie tanto o Estado quanto o Município (nesto caso o de Arapongas), porque virá ensejar a expansão industrial da região, aumentando certamente a arrecadação tributária conseguida através dos benefícios advindos de tal medida.

Assim sendo, opinamos FAVORAVELMENTE a Aprovação do Projeto de Lei n. 017/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

PAULO FURIATTI

Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 119/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL PRINCESA ISABEL - ENSINO DE 1º e 2º GRAUS", com sede e foro no Município de Cerro Azul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 115/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ACADEMIA PARANAENSE DE MEDICINA", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 33/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS", com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 13/87, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual a ACRUCAM - Auxílio à Criança de Rua de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

248/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado ao DOUTOR HEINZ GEORG HERWIG. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Sobrinho, do Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, pedindo a inclusão, no Projeto Mutirão Habitacional, do Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, pedindo a inclusão, no projeto Mutirão Habitacional, do Município de Quinta do Sol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, pedindo a inclusão, no projeto Mutirão Habitacional, do Município de Terra Boa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita às galerias que não se manifestem a fim de não prejudicar as votações.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - E esse Deputado pede com todo respeito a Vossa Excelência, que seja mais audível na leitura dos Projetos, com todo respeito à Vossa Excelência, apenas não estou conseguindo ouvir o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O mesmo repeito que Vossa Excelência tem por mim, eu tenho por Vossa Excelência.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Município de Prudentópolis, pela passagem do 81º aniversário de emancipação política. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, pedindo a inclusão, no projeto Mutirão Habitacional, do Município de Itambé. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, pleiteando a instalação de um telefone público, no Bairro Jardim Catedral, no Município de Paçandu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, pedindo a inclusão, no projeto Mutirão Habitacional, do Município de Mandaguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Balinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, pleiteando a construção de um viaduto para substituir o trevo da estrada que liga o Município de Londrina a Warta. Em votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, esse requerimento de nossa autoria, endereçado ao Senhor Governador Álvaro Dias, pede a construção de um viaduto na zona norte de Londrina, exatamente num trevo da estrada Londrina - Warta. Há um grande movimento popular em Londrina visando a construção desse viaduto, Senhor Presidente. E por coincidência, duas representantes do movimento estão conosco na Sessão de hoje, Maria Giselda de Lima, e Rosicler Moreira.

Fizeram, Senhor Presidente, entre o conjunto Milton Gadeti, os cinco conjuntos de Londrina, uma área que conta com uma população de mais de oitenta mil pessoas, um trevo que já foi apelidado pela população de "Trevo da Morte". A impressão que dá, Senhor Presidente, é que quem articulou, quem bolou o projeto desse trecho, não deve ter o mínimo de respeito pela vida dos trabalhadores que habitam as casas populares de Londrina.

Foi feito um trevo mal feito, que tem sido palco de constantes acidentes, e já houve até vítima fatal. Acreditamos e nós temos certeza da sensibilidade do Governador Álvaro Dias, que conhece muito bem aquela região de Londrina, é que nós estamos endossando, apoiando o movimento popu-

lar, para que o Governo do Paraná, responsável por esse "Trevo da Morte" faça sua substituição, construindo ali um viaduto, obra que requer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, urgência, devendo ser edificada o mais rápido possível, para se poupar a vida de outros trabalhadores que moram nas casas populares de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, para encaminhamento de votação, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente. Em apoio ao Deputado Antônio Belinati, queria só dizer ao ilustre Deputado que mandei filmar este local, e tive uma audiência com o Secretário de Estado dos Transportes. Fizemos uma filmagem, minha equipe fez uma reportagem, e realmente, se continuar do jeito que está, nós teremos mortes violentas naquele local.

Então, eu gostaria de convidar o ilustre Deputado, pois o Secretário está marcando uma viagem a Londrina. Poderíamos em conjunto, com a nossa equipe de reportagens, analisarmos, "in loco", o que se pode fazer naquele local.

O Secretário demonstrou, na oportunidade, uma vontade muito grande de ir até o local, vai sozinho, sem nada, vai lá ver, e nós marcaríamos então, a data e ele conversaria com o ilustre Deputado. Já que eu trouxe o filme, apresentei a ele, analisamos, dado a dezenas de cartas que eu tenho recebido dos moradores daquela localidade.

Em apoio a este requerimento, que Vossa Excelência, encaminha ao Governador do Estado, tenho certeza que ele vai encaminhar o assunto ao Secretário dos Transportes, mas, como eu fiz um Ofício do meu Gabinete, já cobre isto aí, e o Secretário dos Transportes disse que está à disposição do meu gabinete para ir à Londrina, então gostaria de convidá-lo, e nós marcaríamos a data, já que nós representamos Londrina, nesta Casa, tanto eu como Vossa Excelência e o Deputado Homero Oguido, e lá nós poderíamos então, junto com o Secretário de Transportes, a prefeitura, analisarmos "in loco", o que poderá ser feito.

Era só para ajudar o ilustre Parlamentar nessa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Da mesma forma o Partido dos Trabalhadores, nessa Casa está preocupado com a questão do "Trevo da Morte", em Londrina, como é popularmente conhecido.

Então, nós queremos deixar aqui registrado que é preciso que esta Casa se pronuncie oficialmente ao Secretário dos Transportes, ao Governador, e aos responsáveis pelas estradas de rodagens do Paraná, para que se tomem as devidas providências, que são de interesse da população de Londrina e da população do Paraná, que usa da estrada pública, e que, quando passa pelo "Trevo da Morte", está em perigo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para dizer ao ilustre Deputado Pedro Tonelli, que não é da minha cidade, mas muito me orgulha a sua preocupação. Eu fiz 34 mil votos naquela cidade, fui o vereador mais votado naquela cidade, e estou constantemente preocupado com esta situação, pois a maior votação que obtive, além da classe rica e classe média, foi entre a classe pobre, foi a classe dos conjuntos habitacionais.

Eu disse aqui que o requerimento do Deputado Antônio Belinati está sendo encaminhado e eu também já fiz um e já fui atendido e o requerimento vai bater à porta do Secretário Heinz Georg Herwig, mas eu já tive uma audiência com o Secretário, conversamos, dialogamos, e queria dizer a Vossa Excelência, que Londrina tem três excelentes Deputados, acredito eu, que são os Deputados Antônio Belinati, Homero Oguido e eu, que fico feliz de contar também com a sua parcela de contribuição junto ao requerimento e a sua constante preocupação com a minha cidade, que é terra de um Suplente do PT, que é meu particular amigo, Doutor Luiz Scheida.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu apenas gostaria de registrar o trabalho atuante do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, neste Poder Legislativo, do Deputado Homero Oguido e, conseqüentemente do Deputado Antônio Belinati, com relação ao Município de Londrina.

Nós entendemos que Londrina está muito bem representada neste Poder Legislativo,

nas pessoas dos Senhores três Deputados e eu gostaria então de que o Deputado Pedro Tonelli apenas cumprisse o compromisso de Deputado, que é pela sua região e atendes-se a sua região que não vem sendo atendida por Sua Excelência e não se preocupasse com Londrina, porque Londrina está muito bem representada.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Já encaminhou a votação, Vossa Excelência pede a palavra pela ordem?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu peço pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em que dispositivo Vossa Excelência se baseia?

O SR. PEDRO TONELLI - Os meus antecessores não precisaram mencionar dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência tem igual direito, pode falar.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Simplesmente, eu queria deixar claro para este Plenário, que eu não sou representante de uma parte do Paraná, eu fui eleito por oitenta e quatro mil votos do partido dos Trabalhadores do Paraná inteiro e eu estou aqui representando os trabalhadores do Paraná inteiro.

Era isso que eu queria que ficasse registrado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação o requerimento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Oitenta e quatro mil, o Senhor teve?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está APROVADO o requerimento.

O SR. PEDRO TONELLI - Sim.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Não deu para entender.
(Tumulto em Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos Senhores Deputados que se mantenham em seus lugares e aguardem que a Mesa está tomando as providências para o prosseguimento da Sessão.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Eu gostaria de encarecer, Excelência, aos demais Parlamentares que o Tribunal Regio-

nal Eleitoral divulgou o resultado das últimas eleições com os votos de cada um dos Senhores Deputados e que não é este o momento de discutir quem fez mais, quem fez menos votos, todos aqui têm o mesmo valor, independente da quantidade de votos que fez.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem)- Quero saber quantos mil votos o cidadão fez.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai informar aos Senhores Deputados que tem agido com certa liberalidade com os Senhores Deputados que queiram usar a palavra pela ordem. Mas, de agora em diante não mais vai conceder esta liberalidade a menos que o Deputado cite o artigo que está sendo violado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, pedindo a duplicação da rodovia PR-317, no trecho compreendido entre o Km 0 e Km 3 (saída para o Município de Campo Mourão para Paranavaí), no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da rodovia que liga os Municípios de Lobato a Alto Alegre. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a implantação de um destacamento de Polícia Montada, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Indústria e do Comércio, pleiteando a criação de um núcleo industrial no Município de São Mateus do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a construção e instalação de uma Escola Pública Estadual, no Bairro Jardim Catedral, no Município de Paçandu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expe-

diente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Comissão de Sistematização, sugerindo a inclusão no projeto da Carta Magna de itens que permitam o controle sobre o comércio de bebidas alcoólicas, assim como sobre sua propaganda, ou abram espaço para a elaboração de leis ordinárias neste sentido. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário dos Transportes, ao diretor do DER e ao Prefeito Municipal de Londrina, encarecendo a construção de um viaduto no trevo da Rodovia que liga o Município de Londrina a Warta. EM VOTAÇÃO.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário das Finanças e Presidente do BANESTADO S/A, encarecendo o repasse de um percentual do ICM, recolhido através do BANESTADO, às empresas paranaenses, após levantamento e cadastramento das mesmas para capital de giro, com juros subsidiados. EM VOTAÇÃO.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do trecho entre os Municípios de Cida-de Gaúcha e Guaporema. EM VOTAÇÃO.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa ainda não colocou o Requerimento em discussão, mas vai colocá-lo.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em discussão o requerimento.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir, en-

tão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se na forma regimental.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica entre o Município de Rondon, Distrito de Bernardelli, e o Município de Tapejara. EM VOTAÇÃO.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja registrado elogio individual aos funcionários do Cerimonial desta Casa, pelo brilhantismo, beleza e organização da solenidade de outorga de Título de Cidadão Benemérito ao Cel. Dagoberto Dulcídio Pereira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a criação de um Grupo de Busca e Salvamento - GBS, no município de Foz do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, com apoio do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a transformação da 3.ª Cia. Independente de Polícia Militar em Batalhão de Polícia Militar, com sede no Município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto Telefônico, na localidade de Rio do Nunes, no Município de Antonina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor pela passagem do "Dia do Agricultor". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Dr. Aristides de Athayde Neto, pelos inestimáveis trabalhos desenvolvidos em favor da oftalmologia brasi-

leira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Polícia Militar do Estado pela passagem do 133º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine a Secretaria da Educação, ao IPE e à LBA, para que procedam averiguações sobre o procedimento da Fundação de profissionais para atendimento do excepcional para apurar irregularidades, erros ou omissões administrativas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a criação do 2º Grupamento de incêndio, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro para a A.P.A.E., do Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo gêneros alimentícios e auxílio financeiro para o Clube de Mães São José, localizado na Vila Uru-pês, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo que os serviços de inspeção de produtos de origem animal sejam descentralizados, com o repasse de sua responsabilidade aos Estados e Municípios. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público, em frente à Mercearia Nossa Senhora de Lourdes, na Rua. Mal. Deodoro Fonseca, no Município de Jaguariaíva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do

expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a transferência para local fora do perímetro urbano, da linha de alta tensão, que demanda ao Norte Pioneiro, via Município de Jaguariaíva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo providências para a construção de uma ponte sobre o valetão entre as Ruas Pernambuco e Bahia, na Vila Guaíra, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo esforços para a construção e instalação de um Posto de Saúde, na região rural de Rio das Pedras, Município de Paranaguá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Representante da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor - FUNABEM, no Paraná, encarecendo auxílio financeiro para o Serviço de Obras Sociais - Guarda Mirim no Município de Altonia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S.A., viabilizando a instalação de duas Agências dessa Instituição no Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio a Rede Ferroviária Federal S/A, pela falta de cumprimento da Lei de Zoneamento Urbano, demonstrada nos Municípios de Apucarana e Mandaguari. Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós estamos aguardando Vossa Excelência colocar em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, esta é matéria vencida agora também. Você não adotou o mesmo peso que usou na minha discussão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência está querendo confundir a Mesa, ilustre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está APROVADO o requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Confundir o Nobre Deputado Anibal Khury é difícil, meu amigo. Se eu conseguir...?

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio à Greve Geral dos trabalhadores, protestando contra o arrocho salarial, o Plano Bresser e pagamento da dívida externa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento encarecendo apoio às propostas aprovadas no VI Encontro Estadual de Suinocultores. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Planejamento, encarecendo, providências com relação às obras realizadas pela Prefeitura Municipal de Umuarama, através do Serviço Autárquico de Pavimentação - SERAUPA. Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem).
Solicito verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Responderam a chamada vinte e nove Senhores Deputados. Há quorum para votação. A Mesa vai proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

A Mesa consulta o Deputado Ezequias Losso como vota.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - A favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dez Senhores Deputados aprovam o requerimento. Dezoito rejeitam. REJEITADO.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

anuncia a reunião, amanhã, da Comissão de Constituição e Justiça, após o Plenário. Convida também os Senhores Deputados, aqueles que o desejarem, informando que procederemos amanhã ao concurso de Taquiografia, às 14:00 horas, sob a superintendência do Deputado Caíto Quintana. Convidamos, repito, todos os Senhores Deputados que quiserem assistir e fiscalizar o concurso.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Senhor Presidente, aprendi uma coisa com meu pai:

custe o que custar, mas nunca mentir, sempre falar a verdade. Quero comprovar a votação do Senhor Pedro Tonelli. Consultei o Tribunal Regional Eleitoral, a votação do Senhor Pedro Tonelli é de 15.584 votos. Custe o que custar, mas fale a verdade. Homem que mente, não merece crédito.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - A bem da verdade, é bom que se diga que fui eleito - não são os votos que fiz, - fui eleito com 84 mil votos, foi isto que fiz, sustento, e é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) -

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai conceder a palavra, em Explicações Pessoais, ao Deputado Algaci Túlio e considera este episódio encerrado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Lamentavelmente esta Casa está mais preocupada em saber a votação de cada um dos Senhores Deputados e menos preocupada em discutir uma lei para os professores de Estado do Paraná. Lamentavelmente Senhor Presidente, com todo o respeito a Vossa Excelência, mais uma vez as Oposições foram esmagadas nesta Casa, a exemplo do que ocorreu por ocasião da Reforma Administrativa, quando os Senhores Deputados, baseados no Regimento Interno desta Casa, tinham todo o direito de colocar emendas à Reforma Administrativa e de discutir essas emendas.

Infelizmente o rolo compressor, o poder da Situação hoje, maioria esmagadora nesta Casa, não permitiu que os Parlamentares discutissem as suas emendas, enriquecendo até a Reforma Administrativa e hoje, lamentavelmente, este Parlamentar deixa esta Casa mais uma vez decepcionado,

porque não viemos aqui para brincadeira, para sentar e levantar.

Não viemos aqui para discutir quantos votos fizemos, mas vim aqui para discutir pelos votos que me trouxeram a esta Casa.

Não foram dez minutos antes de uma sessão, e nem duas horas, mas foram algumas horas de trabalho em cima da mensagem governamental. Foram algumas horas de trabalho, estudando a matéria, preparando, tentando até melhorar a matéria, e este Parlamentar foi, mais uma vez, cassado nesta Casa.

Não teve o direito de discutir essa matéria. Lamento profundamente. Afinal de contas, o Regimento Interno da Assembléia se existe, tem que ser respeitado e a Mesa o infringiu.

Deputado Anibal Khury com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, não se trata de nada pessoal contra Vossa Excelência, mas a Mesa infringiu o Artigo 154. Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar duas vezes, pelo prazo máximo de uma hora.

O Artigo 156, diz "o encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores..."E não foi o que aconteceu hoje, porque este Deputado queria discutir a matéria, Senhor Presidente. É uma matéria de suma importância para os professores e as Oposições não votariam contra esta matéria, em absoluto, Senhor Presidente. As Oposições queriam alertar os Parlamentares de que há necessidade de melhorar esta matéria em favor dos senhores professores e era esta a nossa intenção, Senhores Deputados.

Em momento algum pretendíamos criar confusão, criar polêmica, absolutamente. Apenas queríamos discutir o assunto, afinal de contas, vivemos num País democrático. Lamento profundamente. Faço algumas indagações à Mesa, aos Senhores Parlamentares. Não discutimos em primeira discussão, vamos discutir em segunda discussão, em sessão que será feita amanhã pela manhã, onde tudo nesta Casa passa rapidinho para que termine mais cedo para todo mundo ir para a casa, quem sabe almoçar, ou para a maioria viajar para os seus municípios e que se danem os senhores professores e que esperem por uma outra oportunidade.

Nada absolutamente pessoal contra os Senhores Parlamentares, mas apenas o lamento deste Parlamentar, Senhor Presidente, que não veio nesta Casa para brincadeiras, veio aqui com respeito, com vontade de trabalhar e de aprender com os demais Parlamentares desta Casa.

Pena, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a lei não está um tanto quanto complicada, a lei está bem explícita, Senhor Presidente, ela precisa de uma melhor discussão e este Parlamento é para isso, é

para se discutir. Podemos até não chegar a nenhum denominador comum, mas pode-se discutir; é um direito que nós temos.

Eu lamento que a Bancada do PMDB tenha mais uma vez cerceado este direito. Não pretendíamos fazer demagogia com o professorado. Não é do nosso feitio. Sabemos da necessidade da urgência da aprovação desta matéria. Mas, mais um dia, menos um dia, para um projeto que ficou quatro anos em discussão no Governo, Senhor Presidente, que entrou aqui em abril e que de repente recebeu um pedido de regime de urgência, em seguida um outro pedido para retirada do pedido de urgência, em seguida um outro para colocar em regime de urgência. Afinal de contas, o que é que querem na verdade?

Mais uma vez eu lamento o que se verificou nesta Casa. Mais se preocuparam alguns Parlamentares em saber quantos votos fizeram, quantos deixaram de fazer. Acho que não era esta a questão para se discutir nesta Casa. O problema, a matéria principal do dia de hoje é esta matéria dos professores e este Deputado queria esclarecimentos, queria trazer a matéria à discussão para quem sabe o nobre Deputado Caíto Quintana, pelo seu conhecimento, pela sua capacidade, o nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tantos outros, pudessem até enriquecer a discussão. Esta Casa não tem quase o que discutir e quando vem uma matéria de suma importância que poderia valorizar este Legislativo, para ele não ficar apenas discutindo projetos de utilidade pública, nomes de estradas, votos de louvor, esta Casa corta este direito dos Senhores Parlamentares.

Eu acho que não está correto isso e eu faço um apelo à Presidência e um reparo também. Esta Casa tem três Presidentes e nenhum deles se encontra na Casa. Sua Excelência o Deputado Anibal Khury, com todo respeito, pelo carinho que tenho por Vossa Excelência, e sem querer colocar qualquer dúvida quanto a sua pessoa, Vossa Excelência tem que presidir esta Casa, e, se não me engano, Senhor Presidente, também infringindo o Regimento Interno da Casa.

Posso até concordar e vou aceitar que diga Vossa Excelência que na ausência dos Presidentes o mais idoso assume a presidência.

Mas, eu indago, onde é que estão os três Presidentes desta Casa?

E eu tenho notado, me perdoem se eu estou indo a fundo na matéria, mas é preciso trazer a verdade à baila. Eu tenho notado que, quando a matéria é importante nesta Casa, as coisas se modificam tão rapidamente aqui, parece que com todo intuito de embrulhar, de confundir, de embaralhar as discussões destes projetos.

Não vim a esta Casa para brincadeiras.

Os duzentos e tantos mil cruzados que ganho por mês, não são apenas para vir aqui e marcar presença, ficar sentado, alguns minutos, algumas horas, depois ir para casa e dizer que cumpri o meu dever.

Não é isso que este Parlamentar quer e tenho certeza que não é isso que os demais Parlamentares querem. Se a classe política está desacreditada, nós somos os culpados disso. E esta Casa, mais uma vez, hoje dá esta demonstração de irresponsabilidade, até certo ponto dando razão ao descrédito do povo. Porque é que estas galerias ficam vazias? Porque o povo não vem aqui para ouvir conversa fiada, não vem aqui para ouvir discussão sem nexos, sem valor. Esse pessoal veio aqui hoje, os professores vieram aqui para ouvir os parlamentares, até certo ponto para analisar a capacidade de cada um de nós parlamentares, e esta era uma grande oportunidade que nós tínhamos para dar a eles, de valorizar nosso trabalho nesta Casa e demonstrar que as comissões internas desta Casa funcionam, que os Senhores Parlamentares se preocupam com os projetos, com as mensagens governamentais.

Então, Senhor Presidente, este desabafo precisava ser feito, não em forma de demagogia absolutamente, mas porque me dói por dentro eu ter me preparado como me preparei na Reforma Administrativa, como me preparei na discussão do projeto da CIC. Afinal de contas eu tenho uma assessoria que eu pago para quê? Vou dispensar todo mundo. Para que é que eu pago assessoria, então? Vou contratar pessoal da minha família, botar no meu Gabinete, receber o salário, embolsar o dinheiro, comprar a minha casa na praia, a minha chácara, comprar umas cabeças de gado, e que se dane a assessoria.

Ora, Senhores Parlamentares, é muito séria a nossa missão! Nós precisamos resgatar a credibilidade da classe política, e só a resgataremos trabalhando, mostrando serviço, com estudo e capacidade em cima de projetos, de mensagens que vêm para esta Casa!

Veja, nobre Deputado Caíto Quintana, a mensagem está um tanto quanto vazia. Claro que os professores estavam esperando ansiosamente por esta mensagem, mas também não será assim, com ferro e fogo que a gente vai aprovar. O PMDB pregou e o seu Estatuto fala da discussão com o povo, com as entidades, com associações de classe, com sindicatos. Mas será que depois que assumiu o Poder o PMDB se esqueceu disso? Será que as discussões com sindicatos, associações, com entidades, é só na hora de fortalecer os candidatos para elegê-los e depois de passadas as eleições não há mais necessidade disso? Eu quero crer que não seja assim, Deputado Caíto Quintana, Depu-

tado Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Carlos Massignan, Acyr Mezzadri e tantos outros Deputados que se encontram aqui presentes!

Vejam as anotações que eu fiz: como é que vai ser implantado este Regime?

A Lei não diz! Se disser, eu até dou mão à palmatória se alguém vier me explicar a seqüência de que forma vai ser aplicado este Regime? E a partir de quando vai ser aplicado. Com quais critérios em escolas, em núcleos, em cidades?

Hoje, o professor tem direito garantido a receber três salários, e eu pergunto, se optar regime diferenciado de trabalho, este direito ficará garantido, resguardado? Quais seriam as vantagens acrescidas ao professor que tem hoje dois padrões efetivos? Estão aqui professores, que vieram para trazer subsídios para colocar nesta mensagem e não tiveram oportunidade! Claro, teremos a 2.ª Discussão, com Emendas, mas hoje também era importante se discutir para clarear esta matéria!

Concedo a palavra, o aparte, na ordem de seqüência ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado

Algaci Túlio, dado o nosso relacionamento nesta Casa, quando Vossa Excelência ocupa a tribuna para dizer que nós precisamos fortalecer a classe política, eu concordo com as suas palavras realmente julgo de fundamental importância. Já tenho acompanhado grandes debates, nesta Casa, e realmente o Parlamento, como disse outro dia o Deputado, parece-me que foi o Deputado Rafael Greca, é para se falar. Nós estamos aqui para discutir, trocar idéias, abrir idéias, abrir novos horizontes!

Eu, por exemplo, que saí de uma Câmara de Vereadores, cheguei aqui, como Vossa Excelência, estou aqui para aprender, e cada dia que passa, com muita humildade estou aprendendo, com outros ilustres Deputados que estão aqui!

Agora, digo a Vossa Excelência, o ano passado, um jornal da Associação dos Professores do Paraná noticiou e me chamou a atenção, nomes de deputados que votaram contra os professores do Paraná. Eu espero que isso não se repita este ano, eu tenho três irmãs que são professoras, tenho uma esposa que é professora, e eu jamais digo isso com demagogia, mas com a consciência tranqüila e o dever cumprido, de político sério, jamais votarei contra a segunda mãe dos meus filhos jamais votarei contra o segundo pai dos meus filhos. Porque o Professor e a Professora hoje são uma extensão, um prolongamento do meu lar. E eu jamais poderei votar contra esta classe que às vezes é humilhada, às vezes espezinhada. É hora, acho que está na hora de le-

vantar-se, gritar e conseguir o direito que ela tem de um lugar ao sol. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa comunica que o tempo de Vossa Excelência está esgotado, e concede dois minutos para a conclusão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, peço prorrogação do meu tempo para completar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa lhe concede o tempo que necessita para completar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado. Então, as indagações que eu fiz e as preocupações que tem o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que tem o Deputado Pedro Tonelli e todos os demais Deputados é a minha preocupação também. Eu também tenho uma irmã que é professora. Então, todos nós temos um carinho todo especial pelos professores, porque se não fossem eles nós não estaríamos aqui. Não é verdade, Deputado?

Se não fossem eles eu não seria um comunicador, Vossa Excelência também não o Deputado José Alves também não, seria um comunicador e tantos outros. Então, vejam que é com muito cuidado que nós temos que analisar tudo aquilo que se refere aos professores.

Então eu dizia que a lei nada fala sobre aquilo que eu levantei agora aqui. E eu pretendia discutir, levantar essas dúvidas as quais foram destacadas pelas próprias lideranças dos Senhores Professores. Fica aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sem qualquer ofensa a qualquer um dos Senhores Parlamentares, mas apenas no terreno político, a observação quanto a necessidade de esta Casa resgatar a credibilidade política, usando este Parlamento, recebendo o povo, discutindo matérias sérias, matérias importantes, e esquecendo o problema do número de eleitores e outras coisas mais.

É o meu protesto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra, para Explicação Pessoal, o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. parlamentares.

Engraçado como nesta Casa se dá curso ao pensamento das pessoas, invertendo o andamento e o propósito da própria Casa.

Eu, sinceramente, nobre Deputado Algaci Túlio, respeito profundamente o seu ponto de vista, até porque se fazem pre-

sentes na sessão de hoje, inúmeros professores, como para nossa honra, Paulinho Maia, Presidente da APP.

Mas eu fico me questionando o porquê de um ataque sistemático a esse próprio Parlamento. Por que que se coloca para as pessoas que nos honram com sua visita, a sua presença, o seu apoio inclusive, para a votação do projeto, a validade, a preocupação dos parlamentares nesta Casa no seu geral.

Não posso admitir que se valendo de platéia, se diga na tribuna que na sessão de amanhã, a Assembléia Legislativa vá votar no atropelo a Ordem do Dia, com o objetivo de Parlamentares irem para casa almoçar mais cedo. Porque é do conhecimento desta Casa, dos seus funcionários, dos garçons que comemoraram aniversário ontem, que a grande maioria dos Parlamentares não vai para casa almoçar, e a grande maioria dos Parlamentares sai dessa Casa às sete horas, sete e meia da noite, todos os dias.

Por que vender essa imagem do Poder Legislativo à opinião pública? Como não discutir a matéria? Pelo que me parece todos os Partidos com direito a horário da Liderança nesta Casa, usaram-no e falaram todos sobre este projeto. E me parece que no horário exatamente do Deputado Algaci Túlio, ele não foi à tribuna. Deixou passar o horário. Não tratou sobre o assunto.

Posteriormente, decidiu a Mesa deixar à disposição, dez minutos para o encaminhamento da votação. E também não foram aceitos os dez minutos. Mas, posteriormente, em Explicação Pessoal, se vem à tribuna jogar como se esta Casa pura e simplesmente aprovasse ao léu, os projetos que aqui entram.

Muitas indagações foram feitas. Mas, para nossa satisfação, está aqui presente o Presidente da APP, estão aqui representantes dos Professores, que têm conhecimento pleno de que esse assunto, essa matéria, esse projeto foi discutido pelo Executivo do Paraná, com a Associação dos Professores, com a classe dos professores, atendendo a uma reivindicação dos professores.

Nesta Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. Professores - eu não estou fazendo a defesa do PMDB, não, somos cômicos da nossa obrigação e somos cômicos de ter um projeto de lei de autoria do Governador Álvaro Dias que é do PMDB. Mas, notem os srs. Professores, principalmente para saírem com uma idéia verdadeira desta Casa, este projeto foi discutido na Comissão de Finanças, estão aqui as assinaturas dos membros da Comissão de Finanças; posteriormente passou para a Comissão de Educação, foi discutido amplamente na Comissão da Educação; poste-

riormente passou para a Comissão de Recursos Humanos, foi discutido amplamente na Comissão dos Recursos Humanos, e passou pela Comissão de Constituição e Justiça e foi discutido!

É um projeto que tem o parecer de parlamentares desta Casa, é um projeto que tem análise prévia dos parlamentares desta Casa, foi discutido em sessão plenária, e pelo que me parece, até pela conotação que se tenta dar, os professores querem ver o quanto antes aprovado o projeto de lei do Governador Álvaro Dias.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. Professores que aqui estão. O projeto de lei foi aprovado por unanimidade por esta Casa, volta para a Ordem do Dia de amanhã, em Segunda Discussão e será, sem dúvida alguma, aprovado por unanimidade dos Parlamentares desta Casa. As análises a serem feitas são regulamentadas exatamente pelo Poder Executivo, conforme um projeto de lei aqui aprovado.

Então, eu só gostaria, sem defesa nenhuma da Bancada do PMDB, porque esta bancada que lutou, que tem lutado, que dá o posicionamento e o apoio ao projeto do seu próprio Governo, não precisa de defesa, mas a defesa que me preocupa mais é a dos Parlamentares, inclusive de outros Partidos, porque me parece, Deputado Algaci Túlio, data vênha, com todo o respeito, e Vossa Excelência que diz não ter tido tempo necessário para discutir, inscreveu-se no Horário de Explicações Pessoais, foi para a tribuna e, ao invés de aproveitar esse espaço de tempo para discutir o projeto, o que lhe cabia, portanto, também não o discutiu, e permaneceu o tempo inteiro achacando dúvidas sobre esta Assembléia, como se aqui se procurasse, no afofado, a aprovação das matérias que aqui passam. Não se pode vender esta imagem do Poder Legislativo àqueles que aqui vêm, nem para a imprensa do nosso Estado, sob pena de nunca resgatarmos a dignidade deste poder!

Coloco à disposição o livro, as atas, os pronunciamentos, a participação desta Casa, como Líder do PMDB, muitas vezes tendo que tomar posicionamento contrário às galerias que aqui estão, mas o faço, sempre no cumprimento da minha consciência.

Nunca me furtei, como os demais Parlamentares nunca se furtaram, de participar dos debates. Agora, saibam os senhores aqui presentes, que a grande discussão dos projetos que entram nesta Casa não se dá no cenário deste Plenário. É bom que se diga isso para que as pessoas não saiam daqui enganadas pela verbosidade dos pronunciamentos, muitas vezes feitos com o mero interesse de tirar vantagens eleitorais. A grande discussão de um projeto

quando entra nesta Casa, se dá no âmbito das Comissões Permanentes da Casa, onde é nomeado um Relator; esse Relator estuda, dá o seu parecer e o projeto passa pela aprovação do Plenário e de quatro Comissões. Quando ele vem ao Plenário, ele já vem com o Parecer, se é constitucional ou não, se ele fere o orçamento ou não, se ele tem ou não o respaldo da Comissão de Educação, da Comissão de Recursos Humanos, ou não.

Então, como desagravo, também vim a esta tribuna, porque tenho o maior respeito por esta Casa. Procuro em todos os instantes da vida parlamentar, até na forma de apartear os meus companheiros, até na forma de contestar os nossos adversários, procuro elevar cada vez mais a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e seus componentes dos mais variados Partidos.

Eu não poderia deixar em branco o que hoje ocorreu, para que saíssem daqui os representantes dos professores pensando que nós amanhã aprovaríamos em dez ou quinze minutos a matéria, para termos o direito de ir almoçar mais cedo em casa. Basta os senhores virem aqui todas as quintas-feiras para perceber que os Parlamentares desta Casa, de todos os partidos, quase que costumeiramente nem sequer vão em casa almoçar.

Esse desagravo o faço, não à bancada do meu Partido, mas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que para readquirir, realmente, o respeito perante a opinião pública, tem que ser dotada de pronunciamentos que não venham mistificar fatos que aqui não acontecem.

Concedo aparte ao Deputado Nereu Carlos Massignan inscrito na preferência.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Nobre Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência bem coloca a questão quanto à importância do Parlamento na discussão das propostas de interesse da classe dos professores e de toda a sociedade paranaense.

Pedi esse aparte para prestar um esclarecimento aos professores aqui presentes, bem como aos demais parlamentares, e para referendar seu pronunciamento. O Presidente da Associação Paranaense dos Professores, professor Paulo Maia, que também está aqui presente, foi questionado pelo Deputado Algaci Túlio, que deu a entender que essa mensagem do regime diferenciado de trabalho teria sido construída isoladamente, como uma opinião parcial, unilateral, do Governo do Estado ou da Secretaria de Educação.

Esse questionamento gera confusões e dá a entender que para o Deputado Algaci Túlio que esse projeto é um projeto mal acabado.

Eu dizia agora há pouco, que toda lei é produto da criação humana, passível de defeitos, mas nem toda lei não é um diploma definitivo. Eu gostaria de esclarecer ao Deputado Algaci Túlio que na Mensagem que consta hoje da Ordem do Dia num certo trecho diz o seguinte, e isto prova que este projeto não foi construído unilateralmente; no Governo do PMDB as portas estão abertas para a discussão, diz o seguinte, repito: "A proposição nasceu de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Educação, da Administração, do Planejamento, das Finanças e pela Casa Civil, os quais foram analisados também com representantes da Associação dos Professores do Paraná, em várias reuniões, refletindo assim a proposta, em sua redação final, a concordância da classe e os legítimos interesses do ensino". E o presidente da APP, está aí para confirmar que realmente houve insistentes discussões ainda na fase de elaboração do projeto.

E quero lembrar que o próprio projeto prevê no seu artigo oitavo, que a Secretaria de Estado da Educação baixará os atos complementares necessários ao cumprimento desta lei, inclusive detalhando as atividades mencionadas na alínea B, do parágrafo primeiro, do artigo primeiro, desta mesma lei.

Ora, abre-se a regulamentação, há todo um trâmite legal. Agora, imaginamos que todos os Parlamentares ou o Deputado Algaci Túlio isoladamente, ou a APP isoladamente, ou qualquer gênio do mundo faria o diploma legal perfeito, e que resolvesse todos os direitos da cidadania de qualquer classe, seria sonhar puramente com a utopia.

Seria imaginar o mundo ideal transposto para essa realidade, realidade que nós temos que construir e aperfeiçoar no embate, na divergência, na discussão.

E é isso que o PMDB fez, e o nosso Governo fez, ao encaminhar esse Projeto. Houve a participação aberta, do segmento interessado.

Era isto, que eu queria dizer, meu companheiro Deputado Caíto Quintana e muito obrigado pelo seu aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço o seu aparte, nobre Deputado e gostaria também, no que diz respeito a esse Projeto de Lei, rememorar aqui o seu andamento nesta Casa, porque ele teve um andamento conforme um espírito colocado inclusive dentro da ampla discussão.

Esse Projeto, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, entrou na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no dia 27 de abril de 1987. Um projeto quando entra na Assembleia Legislativa, entra via Presidência, posteriormente é lido em Plená-

rio para conhecimento dos Parlamentares e, atendendo os preceitos constitucionais, é enviado a partir daí para as Comissões.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, Senhores Professores. Anotem que no dia 19 de maio esse Projeto já recebeu o parecer conclusivo da Comissão de Constituição e Justiça. Isso vale dizer que ele foi para a Comissão, foi nomeado um relator, foi debatido e foi votado já no dia 19 de maio.

Posteriormente, no dia 03 de junho, esse Projeto também passando pelo relator da Comissão de Finanças, recebeu o parecer final na Comissão de Finanças.

Na continuidade, no dia 23 de junho já recebeu parecer final da Comissão de Recursos Humanos, após o debate. No dia 24 de junho, um dia após, já recebeu o parecer da Comissão de Educação; e vale lembrar que logo após o dia 24 de junho, quando o Projeto recebeu o último parecer estávamos nas vésperas do dia 30, quando a Assembleia entrou, então, em recesso durante o mês de julho inteiro. E nós estamos agora, no 11º dia do mês de agosto, no reinício dos trabalhos, e o Projeto já está sendo votado em 1. Discussão.

De modo que Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, houve uma preocupação de todas as Bancadas, porque as Comissões compõem-se de todas as Bancadas nessa Casa. E isto tudo não é deferência, mas cumprimento do dever, e respeito à classe dos professores, que merecem tanta admiração pelo trabalho que prestam.

Se a Mesa for benevolente, eu concedo ao Deputado Algaci Túlio, a conclusão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Gostaria de dizer, fazer um reparo ao seu pronunciamento. Vossa Excelência me cobrou que usei quinze minutos para fazer um protesto, e fiz ainda algumas indagações a respeito da mensagem. Vossa Excelência usou quatorze minutos, ou mais precisamente, treze minutos, e cinquenta e dois segundos, também para protestar contra aquilo que falei na tribuna.

Solicitei a Vossa Excelência, Deputado, quando eu estava na tribuna, reconhecendo sua capacidade solicitei que Vossa Excelência fosse à tribuna para discutir o Projeto, para me aclarar aquelas dúvidas que eu tinha em relação ao Projeto.

Vossa Excelência, também, infelizmente, traído pela emoção, numa tentativa, quem sabe, de corrigir as afirmações que eu fiz da tribuna, também se esqueceu de aclarar o Projeto a este Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa antes de encerrar a sessão, quer dar uma satisfação ao Deputado Algaci Túlio.

Primeiro, o Projeto não será apreciado amanhã. Se o Deputado fosse atento à leitura da Ata que foi aprovada hoje, veria que a 2.^a Discussão foi marcada para segunda-feira, para obedecer o interstício de vinte e quatro horas.

Segundo, Deputado Algaci Túlio, pela sua brilhante atuação nesta Casa, no rádio, no jornalismo, e em vista da minha admiração pessoal por Vossa Excelência, eu jamais usurparia a Presidência desta Casa. Vossa Excelência fez uma insinuação malévola, eu a relevo porque Vossa Excelência é novato aqui nesta Casa, é um Parlamentar brilhante e por isso eu relevo as suas palavras. A substituição aqui é normal e nem eu posso admitir, nobre Deputado Algaci Túlio, a sugestão de que os Deputados, o Presidente, o 1.^o Vice, 2.^o Vice, escapem da Assembléia para que eu possa presidir em momentos difíceis, pois não é verdade. Ocorre que os Deputados estão viajando e eu, na ordem, estou assumindo, e mesmo que isso não fosse regimental, pela idade eu também teria assumido a Presidência desta Casa.

Eu quero dizer a Vossa Excelência que o Projeto irá para 2.^a Discussão na próxima segunda-feira. A 1.^a Discussão, Vossa Excelência já sabe perfeitamente, é sobre a constitucionalidade da matéria. O Projeto na segunda-feira poderá receber emendas em 2.^a Discussão e até em 3.^a Discussão o Projeto poderá receber emendas, indo para 4.^a Discussão.

Eu quero dizer a Vossa Excelência, nobre Deputado Algaci Túlio, que a Presidência aqui é ocasional, eu não sou infalível e procuro atender o que pensa a

maioria.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu queria deixar bem claro que em momento algum este Deputado pretendeu atingir a sua honra, a sua honestidade, a sua capacidade. Apenas aproveitei a ocasião para fazer umas cobranças que se fazem necessárias, Senhor Presidente. Eu volto a tocar na mesma tecla do resgate da credibilidade do Parlamento e em que pesem todas as justificativas que o Líder Caíto Quintana tentou colocar. Senhor Presidente, afinal de contas esta Casa tem um Regimento e eu me baseio no Regimento, no fuso da Lei, a Lei me diz, me permite discutir. E esse direito de poder discutir que reivindico. É apenas isso.

Agradeço a sua compreensão, a maneira cavalheiresca com que me trata que lhe é peculiar, e fico realmente sensibilizado pelas suas palavras, mas tenha a certeza que em momento algum este Parlamentar pretendeu atingir a sua lealdade, apenas fez a cobrança que precisamos vez ou outra fazer nesta Casa, para resgatar a credibilidade de todos nós, Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Muito obrigado a Vossa Excelência.

Nada mais, havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Marco ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a Ordem do Dia também já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.